



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 59

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de maio de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

No período de Tratamento de Assuntos Políticos, foram proferidas duas

Declarações Políticas.

A primeira foi apresentada pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

Usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*).

A segunda declaração política foi proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*). Intervieram sobre a mesma os Srs. José San-Bento (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*)

Após a apresentação da declaração política usou da palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*). De seguida entrou-se na Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 100/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras da Administração Pública Regional”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

No debate usaram da palavra os/a Srs. Deputados/a Bruno Belo (*PSD*), Graça Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

De seguida foram aprovados por unanimidade o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 101/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Economia para acompanhar, analisar e avaliar o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e o [Projeto de Resolução n.º 101/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Economia para acompanhar, analisar e avaliar o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de maio.

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 56 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Hoje de manhã terão ainda lugar duas declarações políticas. A primeira cabe ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já em pleno Verão IATA aproximamo-nos, a passos largos, para os principais meses de demanda turística da nossa região (nomeadamente junho, julho e agosto).

Nos anos transatos foi evidente a grande procura turística da Região que as estatísticas, aliás, demonstram e confirmam, tendo sido motivo de júbilo aos mais diversos níveis.

O crescimento turístico verificado trouxe, como não podia deixar de ser, não só desafios como problemas que, a não serem solucionados em devido tempo, não só, inevitavelmente, se agravarão como colocarão em causa os benefícios que o crescimento do setor aporta para a região e para as suas populações.

Problema cimeiro numa região insular como a nossa é, sem dúvida, a questão da mobilidade e dos transportes entre as suas diversas parcelas e, se a mobilidade e o transporte de pessoas e bens inter-ilhas se coloca com importância de primeira grandeza no dia a dia dos açorianos, como a procura intensiva por parte do turismo que, sobretudo, nos meses já referidos assume contornos verdadeiramente inauditos.

Nos anos anteriores verificámos neste período do ano a incapacidade prática de resposta à demanda de transporte aéreo inter-ilhas, nomeadamente por parte da SATA Air Açores, que com uma frota reduzida e horários e rotas discutíveis, não só foi incapaz de assegurar o escoamento expedito e eficaz do tráfego de passageiros, como inevitavelmente se viu incapacitada de responder de forma aceitável até a necessidades básicas de transporte dos açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como por mais de uma vez já denunciámos verificaram-se problemas gravíssimos perante viagens por razões de saúde ou outros motivos ponderosos, isto para não referir que a indisponibilidade de lugares por parte da SATA Air Açores nas ligações inter-lhas, constitui também uma barreira real de limitação

ao crescimento do sector turístico nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

Mas os problemas não se ficaram apenas pela indisponibilidade de lugares mas também aos horários praticados, que forçaram frequentemente muitos passageiros a pernoitar nas ilhas de São Miguel ou da Terceira em ligações entre as restantes ilhas e o continente, sendo que estas estadias forçadas são um custo extra que é imposto aos açorianos no exercício do seu direito à mobilidade e contribuem também para desviar turistas que, perante a perspectiva de percursos tão longos, optam por não sacrificar o seu tempo disponível, não se deslocando às restantes ilhas dos Açores.

A política do Governo Regional do PS, de colocar a SATA a fazer reencaminhamentos gratuitos de passageiros de Companhias Aéreas privadas, para além de colocar a SATA a financiar essas empresas sem reais e objetivas contrapartidas e, pior ainda, sem se preocupar minimamente com a afetação do direito à mobilidade por parte dos açorianos, é uma política não só errada como atentatória dos direitos e interesses das populações da nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao colocarmos em primeiro plano o direito à mobilidade dos açorianos não podemos, de modo algum, esquecer o direito que estes têm da circulação das suas mercadorias, bem como a que lhes sejam garantidas as condições necessárias ao escoamento dos seus produtos em tempo útil.

São bem conhecidos os problemas recorrentes colocados no dia a dia aos pescadores pela indisponibilidade de lugar para o escoamento do pescado nos voos inter-ilhas, o que é tanto mais grave quanto é certo que sendo o pescado um produto perecível perde valor com a demora de colocação no mercado.

Sendo certo que é precisamente no Verão que os pescadores disfrutam de condições meteorológicas que lhes permite aumentar a quantidade de capturas, não só não é aceitável que, precisamente, nessa época haja menos

disponibilidade de lugar para o escoamento do pescado, como estamos perante um autêntico crime económico visando os pescadores.

Tal situação é totalmente intolerável e completamente inaceitável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Política do Governo Regional do PS no tocante ao transporte aéreo tem como grandes linhas mestras, não a resolução dos problemas em função das necessidades específicas dos Açores e dos Açorianos, mas sim em função de servir interesses privados de grupos económicos.

Quando em vez de manter a SATA na esfera pública, tendo em mãos este valiosíssimo instrumento de atuação no domínio do transporte aéreo, se opta pela entrega a privados, que logicamente apenas têm por objetivo a obtenção do máximo possível de lucro, está o Governo Regional do PS, objetivamente, a optar, não pelo interesse público de todos os açorianos, mas apenas pelos interesses de alguns (muito poucos).

Quando, em vez do Governo pagar à SATA a tempo e horas as compensações pela prestação de serviço público a que está contratualmente obrigado, o Governo opta por assobiar para o lado e deixar que a situação financeira da empresa se degrade cada vez mais, é óbvio que não está a defender os interesses dos açorianos e muito menos a perspetivar um futuro no qual os açorianos continuarão a ter direito à mobilidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta nas low-cost a operarem em duas das cinco gateways da região veio contribuir para uma melhoria dos dados estatísticos no tocante ao turismo, conduzindo, inevitavelmente à centralização de um tipo de turismo e ao aumento de pernoitas porque muitos passageiros das restantes ilhas a isso são forçados.

Está no segredo dos deuses qual a fatura real que é paga às low-cost para operarem na Região isto apesar de sabermos qual o tipo de exigências destas e

do seu procedimento quando não lhe dão aquilo que querem (está por conhecer-se a história real do fim de operação da EasyJet na Terceira) e se dúvidas ainda há quem as tenha basta ver o que sucedeu com o aeroporto de Ciudad Real em Espanha.

Neste capítulo fica a seguinte dúvida: será que o dinheiro investido e pago às low-cost para operarem na Terceira e S. Miguel, caso fosse canalizado para a SATA e TAP não daria para que as passagens do e para o destino Açores fossem totalmente grátis? – Será que assim também não teríamos uma adequada gestão dos fluxos de tráfego inter-ilhas efetuada pela SATA Air Açores?

De certeza que na posse dos números exatos ficaremos surpreendidos com a resposta.

Em início de época turística alta para os Açores, é tempo de tomar as indispensáveis medidas que garantam a todos os açorianos, independentemente da ilha em que vivam, o direito à mobilidade e ao escoamento dos seus produtos, sobretudo nos meses que se avizinham.

Termino questionando de modo muito direto o Governo:

Está ou não o Governo em condições de garantir que nenhum açoriano será impedido nos meses que se avizinham de se deslocar a outra ilha por necessidade de assistência médica ou por outra ponderosa e inadiável razão, devido a indisponibilidade de lugar nos voos?

Está ou não o Governo em condições de garantir que produtos regionais de exportação (como o pescado, flores, entre outros) não ficarão retidos na origem por indisponibilidade de espaço para o seu transporte nos voos previstos para o período que se avizinha?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós partilhamos parcialmente das preocupações apresentadas pelo Partido Comunista na sua intervenção.

Relativamente à SATA discordamos, naturalmente, de algumas questões quantos às low cost que pensamos que têm um papel fundamental naquilo que tem sido a melhoria das acessibilidades na Região e o contributo para o turismo. Mas quanto à SATA partilhamos inteiramente, sobretudo as dúvidas quanto à incapacidade da SATA de garantir a mobilidade dos açorianos e de quem nos visita durante os próximos meses, aliás já acontece e acontece com todos nós aqui nas deslocações ao Faial, portanto é natural que sem medidas adicionais e sem que se veja da parte, quer do Conselho de Administração e quer da parte do Governo qualquer iniciativa que possa alterar a situação, a nossa perspetiva é claramente de receio pelo caus que será a operação turística nas próximas semanas e nos próximos meses.

Aliás, é inaceitável que uma Região que se encontra num período de crescimento do turismo e que é uma oportunidade única nas últimas décadas, possa ser a própria companhia regional que crie dificuldades a muitos empresários e que impeça que muitos investimentos e empreendimentos, possam ter o sucesso que mereciam e que resultaram do esforço de muitos empresários correndo riscos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É inaceitável que a resposta do Governo e do partido do governo, que a oferta aumentou, que há mais voos, que há maior percentagem de voos,

mas na prática não é isso que sentem os empresários, não é isso que sentem as pessoas que procuram a Região.

Portanto, é uma atitude claramente autista e que revela a incapacidade do Governo e do Conselho de Administração da SATA em encontrar uma solução condigna para aquilo que são as necessidades da Região.

Simultaneamente há o problema da viabilidade da SATA Air Açores, que continua completamente abandonado, ou seja, nós temos uma empresa falida tecnicamente, incapaz de garantir o seu funcionamento normal, diariamente são as dificuldades da empresa, quer na área da manutenção e são muitos os relatos que chegam diariamente, dificuldades da manutenção dos serviços da SATA por falta de capacidade financeira e de falta de acesso aos seus fornecedores, no fornecimento de material essencial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É o caso de um motor que avariou, penso que em janeiro e que não temos ainda a informação de ter sido substituído. Há um avião parado permanentemente e está a ser feita a utilização de peças para garantir o funcionamento dos restantes aviões e, portanto, nós vamos chamar a Sra. Secretária à Comissão de Economia, questionando este e outros assuntos, nomeadamente que resultam da segurança e resultam de uma carta recebida por todos nós, ontem, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da SATA e que nós vamos questionar a Sra. Secretária sobre essa situação.

Ou seja, aquilo que se avizinha é preocupante e da parte do Governo o que há é absolutamente incapacidade de resposta.

Além disso, a situação financeira da SATA agrava-se, nós não temos as contas do quarto trimestre, deviam ter sido entregues até 30 de março e mais uma vez o governo não cumpriu. Nós temos as contas do terceiro trimestre e à data do terceiro trimestre o Grupo SATA estava com prejuízos, em 2017, de 25 milhões de euros, temos direito e temos curiosidade de saber no final do ano qual é o

valor e o Governo mais uma vez está em incumprimento naquilo que é obrigação perante esta Assembleia de entregar as contas trimestrais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a transparência!

O Orador: Andou em incumprimento durante anos, cumpriu em setembro e agora volta novamente a não cumprir aquilo que é a legislação aplicável.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar não deixa de ser curioso o PCP, e os outros partidos de alguma forma da oposição, virem a esta Casa falar de turismo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Curioso porquê?

O Orador: ... falar de transportes, e falar de turismo já noutra circunstância, porque todos nós recordamos quando se levantavam nesta Casa para dizer que o Governo não tinha estratégia para o turismo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não é?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E não tem, não tinha e nunca tem!

O Orador: ... que o Governo não percebia nada de transportes e o que é certo é que hoje batemos recordes atrás de recordes e basta ver os últimos resultados do mês de março. Há um crescimento homólogo de 8,6% e há uns proveitos totais que atingiram 4,9 milhões de euros.

Portanto, o que os senhores vêm aqui dizer é que não há estratégia para o turismo e que o Governo não sabe o que quer para este setor.

Infelizmente, esse discurso está mais do que ultrapassado.

Depois, ouvimos o PSD que não veio dizer mais do que aquilo que já nós sabemos, não gosta da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é não gostam!

O Orador: O PSD não gosta da SATA, isso já não é de hoje e são todos especialistas em matéria de aviação.

Isso não é nenhuma novidade também para o PS e para os açorianos sobre esta matéria.

O que é verdade, Sr. Deputado João Paulo, é que realmente há constrangimentos, mas são dores de crescimento, são boas dores de crescimento.

É preciso realmente fazer alguma coisa, foi esse o desafio que a Sra. Secretária já lançou à empresa regional SATA, é esse o compromisso do Governo Regional e é efetivamente o compromisso que a SATA tem levado em conta e que julgamos que essa evolução do setor deve ser acompanhada também como uma evolução da resposta a dar nessa matéria.

Eu tenho também dúvidas que o Sr. Deputado se sinta descontente pelo facto de ter a sua ilha com ocupação a atingir os máximos históricos, em termos de turismo, quer na utilização dos carros alugados, quer nos alojamentos de turismo, quer no número de passageiros embarcados, como acontece esse recorde em todas as ilhas, portanto estou em crer que o senhor também não deve estar descontente nessa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É pena não dizer isso na Graciosa!

O Orador: O que é certo é que o que se constata hoje é que a economia cresce, o desemprego baixa, as exportações continuam a crescer, os recordes turísticos são, mês após mês atingidos, o recorde de número de passageiros desembarcados é em todos os aeroportos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não é verdade!

O Orador: ... há um recorde de dormidas em todas as unidades hoteleiras. Basta dizer que algumas ilhas mesmo que tivessem mais ligações não poderiam ter condições de receber mais turistas nas suas ilhas, isso é uma expressão clara ...

Basta também perceber o número de candidaturas, o número de apoios ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos menos 18% de proveitos em dormidas!

O Orador: O senhor se me deixar falar eu concluo já a minha intervenção, mesmo que não goste deixe-me só concluir este bocadinho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu gosto imenso!

O Orador: Portanto, o recorde que é atingido, e digo isto pela expressão dos empresários do setor do turismo, que é objetiva: tem candidaturas como nunca houve na Região. Há candidaturas aprovadas para um maior número de camas a disponibilizar para o turismo dos Açores. Os nossos empresários nunca tiveram tão empolgados num setor que tem dinâmica para continuar a crescer, mas são os próprios que dizem “Não podemos levar mais gente, não podemos suportar mais gente enquanto não concluirmos os nossos investimentos!”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu ouço na Graciosa dizer isso!

O Orador: Portanto, mesmo que houvesse mais ligações, certamente que isso não era sinal de maior crescimento de dormidas, porque efetivamente há muitos meses em que a lotação está esgotada.

O que é certo é que também devemos saber fazer frente a esses estrangimentos, nomeadamente na mobilidade dos açorianos, no transporte dos doentes destas ilhas e é esse também o nosso compromisso.

Termino dizendo aquilo que é o resultado em matéria de transportes e turismo nesta Região.

Nunca, mas nunca se viajou tanto de e para os Açores e nunca se viajou tanto no inter ilhas, isto em termos de transporte aéreo, como também em transporte marítimo.

Portanto, isso é o sinal claro da estratégia do Governo e das empresas regionais sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, pediu a palavra para?

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): A declarações.

Presidente: Mas referentes a?

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Relativamente à acusação de que o PSD não gosta da SATA.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

Deputado Francisco César (PS): Quem diz a verdade não merece castigo.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Tem sido repetidamente já aqui na Assembleia, e noutros meios, sempre que algum partido da oposição faz alguma crítica a alguma empresa pública, a posição do PS pela leitura que faz é que há aqui falta de apreço por essas empresas.

O que há da nossa parte é uma crítica à forma irresponsável como são geridas. Isso não coloca em causa aquilo que é o nosso reconhecimento face à importância dessas empresas na Região e para a economia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Eu recordo ao Sr. Deputado Miguel Costa, uma carta que o Presidente do PSD mandou ao Sr. Presidente do Governo em agosto, que não teve resposta, e que relativamente à SATA Air Açores diz o seguinte: a SATA assegura as ligações inter ilhas, presta um serviço público essencial com um património histórico de 75 anos. Quem diz isso defende a empresa e está preocupado com a empresa. Quem geriu a empresa e levou a que perdesse 150 milhões de euros em oito anos, é que não aprecia a empresa e é irresponsável por essa empresa.

Deputados António Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, para um contraprotesto tem a palavra.

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu volto a reiterar porque a história é a sempre a mesma.

Já há muitos anos verifica-se esta posição do PSD sobre esta matéria.

O PSD não gosta da SATA:

Portanto, estes são factos e é importante perceber que o líder do PSD abandona a sala porque está incomodado com esta afirmação, que já vem de longa data e que eu continuo a reiterá-la.

O PSD não gosta porque são factos.

Eu sinceramente digo-vos isto sem nenhum gosto, digo até com muita pena de ter o maior partido da oposição constantemente a atacar a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O facto é que o senhor falou na SATA!

Deputado Paulo parece (PSD): O senhor acha que 150 milhões de prejuízo na SATA está bem?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Já estão incomodados. Nota-se o incómodo!

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Oh Sr. Deputado, sobre esta matéria quer na posição, quer na oposição, devemos saber ouvir a crítica. O senhor estava a dizer que devemos saber ouvir e aceitar a crítica, portanto desse lado parece que não.

Esta é a minha opinião sobre a posição do PSD nesta matéria.

O que os senhores devem fazer é provar o contrário e os senhores nunca conseguiram provar nos últimos anos, constantemente a atacar, mas não é só a administração é a empresa, é o nome da empresa, é o nome do destino Açores, é a marca Açores que está associada àquela empresa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que os senhores queriam que nós fizéssemos!

O Orador: Portanto, os senhores não conseguem descolar da ideia que a SATA ... não gostam da SATA, que a SATA só é um empecilho para o desenvolvimento dos Açores e não é verdade, quando é a SATA que é o maior transportador de turistas para os Açores, o maior transportador dos açorianos. Esses são factos e os senhores não conseguem provar o contrário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor mudou o nome da empresa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, isto não vale tudo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão julgo que é para uma interpelação?
Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa, ao abrigo do art.º 86.º do Regimento.

Para interpelar a Mesa em relação às decisões da Mesa e em relação à orientação dos trabalhos.

Quero dizer-lhe o seguinte: ontem fui aqui ofendido quando, numa intervenção, o Sr. Deputado Francisco César referenciou que eu tinha falta de ética...

Deputado Carlos Silva (PS): E tem!

O Orador: ... e a Sra. Presidente recusou que eu pudesse protestar.

Devo dizer-lhe o seguinte: não compreendo que, porque agora a ofensa é “não gosta da SATA”, alguém referiu “não gosta da SATA”, que é uma ofensa muito maior do que dizer que um Deputado tem falta de ética e a Sra. Presidente agora permite que este protesto se realize.

Portanto, o que eu quero dizer à Mesa é que a Sra. Presidente na condução dos trabalhos prejudica claramente a Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Naturalmente, como deve compreender não concordo com ela, mas tem direito a expressá-la neste Parlamento.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP traz-nos uma declaração política sobre transportes, sobre mobilidade, um assunto que de facto diz muito a todos os açorianos e açorianas e que recorrentemente é assunto de debate nesta Casa.

De facto, chegados a esta altura do ano tem sido também recorrente e têm sido muitas as queixas e muitos os problemas, não só este ano, relacionados com a mobilidade dos açorianos e açorianas, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à mobilidade inter ilhas, devido àquilo que nós todos conhecemos que se trata da política de reencaminhamentos que existe.

Mas já agora a política de reencaminhamentos tendo as suas óbvias vantagens, também tem custos e aquilo que nós não conhecemos também é quais são os custos reais desses reencaminhamentos e se a SATA é devidamente compensada por eles, porque e indo à SATA, os problemas da SATA, do Grupo SATA, das suas várias empresas, devem-se e tem-se devido essencialmente à má gestão ao longo de vários anos, mas também às dívidas do Governo Regional, como já foi aqui referido, que ao longo dos anos, não cumpriu com as suas obrigações, colocando a empresa numa situação difícil como todos nós reconhecemos.

Mas sabemos que a solução do Governo Regional, em vez de resolver e procurar resolver os problemas com a SATA, em vez de arranjar administradores competentes, que tenham uma gestão que permita a recuperação da SATA para que ela sirva para aquilo que foi criada, que é contribuir e assegurar a mobilidade dos açorianos, o que o Governo Regional e o PS fazem é privatizar parte da SATA.

Ora, para quem gosta tanto da SATA, vender parte da SATA não é a solução mais óbvia.

Sobre esta questão da privatização, já agora, discutimos tanto a transparência durante os últimos dias, continuamos a aguardar que o Governo Regional apresente o tal estudo prévio de privatização da SATA Internacional, da Azores Airlines, que foi referido aqui no último Plenário que tinha sido feito e que a Sra. secretária dos Transportes referiu que seria disponibilizado, que existia e até agora não vimos estudo nenhum.

Ora, perante esta questão o que é preciso é apostar na SATA, é investimento público e é uma gestão competente e decente que é aquilo que não tem havido ao longo dos últimos anos e que tem posto de facto em causa a mobilidade dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados: Eu começaria por dizer ao Sr. Deputado Miguel Costa que a língua foge para a verdade e realmente eu gostaria de ter uma SATA diferente.

O Sr. Deputado Miguel Costa acaba a sua intervenção a dizer que a SATA é o maior transportador de turistas para os Açores.

Deputado Francisco César (PS): E é verdade!

Eu gostaria que a SATA fosse o maior transportador dos açorianos dentro e para fora dos Açores ...

Deputado Francisco César (PS): E se calhar também é!

O Orador: ... e isso não acontece e é por isso que fazemos algumas críticas à SATA.

Os senhores têm uma paixão muito grande pela SATA. Tem tanta paixão pela SATA que ela vos incomoda e vão vendê-la. Essa é a paixão que os senhores têm pela SATA.

Portanto em matéria de gosto e de carinho pela SATA, estamos conversados.

Mas sempre diria mais uma coisa.

Falou-se aqui ontem de transparência. O PS falou aqui de transparência, ontem, na vida política, enfim, mas tão bom teria sido que este processo de alienação do capital da SATA fosse um processo transparente, que não está a ser, foi tirado a ferros uma pouquíssima informação aqui neste Parlamento. Não foi transparente, não é transparente este processo e é um processo que envolve muito dinheiro, muitos milhões e muito investimento que está público, que vale aquela companhia e era preciso preservá-la açoriana e a servir os açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Miguel Costa, com habilidade, reconheço, fugiu ao tema central da intervenção do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, porque o tema central do Sr. Deputado João Paulo Corvelo era a mobilidade dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

O Orador: Nesse aspeto basta ver os voos da SATA Air Açores, hoje em dia: hoje, amanhã, depois, segunda-feira e até para o continente, não há lugares, está tudo cheio. Porquê? Porque está cheio de turistas. Os açorianos não têm lugar! Não têm mobilidade interna! Pior do que isso, os doentes querem ir a consultas não têm lugar e quando têm lugar ficam à espera ...

(Diálogo entre os Deputados Duarte Freitas e Francisco César)

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas e Sr. Deputado Francisco César quando acabarem o diálogo ...

Percebo sempre que o senhor fica incomodado quando eu estou a falar, mas ...

Deputado Francisco César (PS): Não fico nada!

O Orador: Pior do que isso., é a despesa que lhe é imputada e as pessoas sofrem, penam para sair das suas ilhas, em situações de doença. Penam para sair e penam para voltar, porque têm de ficar depois, ou internados, ou numa residencial, à espera de voo para voltarem à sua ilha. Isso é inadmissível!

Mas há mais: por que é que temos aviões para servir o exterior, para voar para Frankfurt, para Londres e para Cabo Verde, quando não temos aviões para servir os Açores e as ilhas com ligações diárias? Porquê? Porque estão a servir os outros e não servem os açorianos.

Portanto, gostar da SATA é pôr a SATA a servir em primeiro lugar os açorianos e os interesses dos açorianos, porque o dinheiro dos açorianos é igual ao dinheiro dos outros.

Mais, nas deslocações para o continente, com o atual modelo que os senhores querem acabar, aliás já tem propostas na Assembleia da República para os senhores acabarem com o atual modelo e limitarem a mobilidade dos açorianos e dos estudantes, às pessoas, de uma maneira geral e aos estudantes, porque a SATA ganharia muito dinheiro. Toda a gente sabe hoje que é fácil a SATA cobrar 300, 400 euros, por uma passagem, 500, e está a voar para Cabo Verde com uma média de 180 euros por passagem, 180 euros e com uma ocupação de 64%, mas serviu para acabar com rotas internas e para acabar com rotas dos Açores, da Terceira e de outras ilhas para o continente.

Já agora, os senhores arrogam-se para o Faial, mal servido e quando chegar a agosto quem quiser vir ao Faial nem de barco consegue viagem, a não ser naqueles que aí andam.

Mas, Sr. Deputado Miguel Costa e Srs. Deputados, não há uma coordenação tão simples que não custa dinheiro, até admito que não podem voar voos diretos para todas as ilhas, de Lisboa ou do Porto, mas não admito que chegue um avião de Lisboa à Terceira ou a Ponta Delgada e o avião para S. Jorge, ou para o Faial, ou para o Pico, tenha saído 15 minutos antes. Não pode ser! Não pode ser!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

Deputado Francisco César (PS): Conheço dezenas e dezenas em que o avião fica na placa!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César vou dar-lhe um exemplo, já que quer exemplos:

Deputado Francisco César (PS): Há casos em que o avião fica à espera na placa!

O Orador: Isso não é verdade!

Sr. Deputado Francisco César o senhor sabe tão bem como eu quais são as regras de reserva de um bilhete e as regras de reserva de um bilhete, se for na TAP ...

Olhe tem uma coisa kafkiana, que os senhores puseram: se for numa low cost tem que ser, no mínimo, uma hora e meia de chão, os senhores é que puseram 90 minutos, não fui eu, não faz nenhum sentido num aeroporto como o de Ponta Delgada ou da Terceira, em que se faz em 10 minutos.

Mas os senhores põem uma hora e meia. Não faz nenhum sentido!

O senhor sabe que para fazer uma reserva tem que ter no mínimo, se vier na TAP ou na SATA, devido ao acordo que tem, 45 minutos, senão não lhe fazem a reserva.

Ou seja, se o senhor faz um Porto/Ponta Delgada/ Terceira, tem que ter de chão, no mínimo ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar sra. Presidente.

... 45 minutos. Se não tiver 45 minutos a companhia não se responsabiliza e não lhe faz a reserva.

Vou explicar-lhe porquê. Porque eu, e toda a gente se queixa nessa matéria, no voo que vem do Porto, quer o da SATA, quer o da TAP, chegam a Ponta Delgada, por exemplo, às 14H30 e o voo para a Terceira, que por acaso se faz num dia, há dias que faz Ponta Delgada/Terceira/Horta; Ponta Delgada, no outro dia, Terceira/Pico; Ponta Delgada/ Terceira/S. Jorge. Há dias ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Conversa de café!

O Orador: Não é conversa de café, Sr. Secretário! O senhor há de ter respeito pelos açorianos e pelos outros que ouviram a sua boca. Conversa de café e Governo de café é o Governo que o senhor preside, que nem se dá ao respeito de vir aqui a esta Casa! Conversa de café é a sua atitude!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Conversa de café é o senhor estar aqui dentro a desprezar o que os senhores estão a dizer a defender os açorianos! Conversa de café é a vergonha que o senhor devia ter! Está a perceber, Sr. Deputado, não lhe admito isso!

(Aplausos dos Deputados do CDS- PP e PPM)

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente, mas tive que fazer este aparte e a senhora também se deveria indignar quando o Sr. Membro do Governo vem aqui dizer que isto é conversa de café. Isto é inadmissível aqui dentro, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa não pode, nem ouve os apartes que são feitos nesta Casa.

O Orador: Isto é o primeiro órgão da autonomia e quer o Governo goste, quer não goste, tem que ouvir. Isto são problemas reais dos açorianos, exemplos reais dos açorianos que eu estava aqui a dar, que as pessoas não têm mobilidade, que chegam a Ponta Delgada às 14H30 e têm o avião para a Terceira à 14H40! Dez minutos! Têm que ficar muitas vezes a pernoitar em Ponta Delgada, quando vem o voo do Funchal, por exemplo, que chega às 19H00 e tem que dormir em Ponta Delgada e neste momento nem sequer em Ponta Delgada podem dormir!

Conversa de café, Sr. Secretário, é a sua atitude desprezível para com os açorianos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado! Muito bem!

O Orador: ... e da sociedade subsídio dependente que os senhores estão a criar todos os dias para manter o senhor e os seus colegas aí nesse Governo.

Presidente: Sr. Deputado ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Presidente: A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Relativamente ao assunto que foi aqui trazido pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, ...

Sr. Deputado Artur Lima não precisa ir embora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que o senhor merece!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores também costumam ir embora! O Sr. Deputado André Bradford ainda ontem abandonou a sala! O senhor está a ser ameaçado!

O Orador: Registo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor também registou ontem quando o Sr. Deputado André Bradford abandonou a sala!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Tinha muito gosto em responder a V. Exa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado André Bradford não abandonou a sala? O senhor não abandonou a sala também, ontem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

(Gestos Francisco César)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a pôr aí as mãos para quê?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está a ameaçar quem?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor quem é que está a ameaçar?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está barulho a mais nesta sala.

Sr. Secretário Regional, peço desculpa, faça favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Eu gostava de poder intervir, Sra. Presidente.

Eu lamento que o Sr. Deputado Artur Lima, tenha saído da sala, tinha muito gosto em responder a esta referência completamente destemperada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Existe um diário das sessões!

O Orador: Queria apenas dizer-lhe que se o ofendi, naturalmente, que peço desculpa, mas a verdade é que a conversa que tive com o Sr. Deputado Francisco César nada tinha a ver com a intervenção que o Sr. Deputado Artur Lima estava a fazer, mas tinha muito gosto em poder serenamente responder às referências que o Sr. Deputado Artur Lima estava a fazer, relativamente à questão substantiva que estamos aqui a discutir, com a serenidade que este assunto exige.

Em primeiro lugar um ponto prévio.

Não posso deixar de informar a câmara, tendo em conta a referência do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que o Governo naturalmente está totalmente disponível para ir à comissão parlamentar que os senhores bem entenderem ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): E responder àquela cartinha que eu mandei ao Vasco em final de agosto?

O Orador: ... para esclarecer tudo aquilo que tiver que ser esclarecido e para os senhores recolherem a informação que quiserem recolher.

Dizer que também me parece justo dizer que o dossier SATA é talvez o dossier mais escrutinado por este Parlamento nos últimos anos.

Se há matéria que tem sido alvo permanente de escrutínio, de prestação de contas do Governo ao Parlamento, de envio de informação do Governo ao Parlamento, é precisamente o dossier da SATA.

Dizer também que me parece importante referir o seguinte: a SATA está preparada, a SATA Air Açores está pronta para responder ao Verão IATA na nossa Região.

Também me parece justo referir, porque muitas vezes no calor da retórica político partidária e parlamentar nos esquecemos.

É justo também que se refira e que se dê uma saudação a todos os colaboradores e funcionários da SATA que diariamente trabalham afincadamente e empenhadamente para garantir que a SATA consegue responder cuidadosamente à procura e àquilo que os cidadãos açorianos e quem nos visita precisa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ao que chegámos!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Só lhe fica mal!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é agradecer é pedir desculpa!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Por vezes esquecemo-nos que a SATA é feita de pessoas que diariamente constroem a SATA e que garantem que a SATA Air Açores, a Azores Internacional é um importantíssimo ativo para a construção da nossa Região, para o aumento da coesão territorial e económica da nossa Região e devemos também isso aos funcionários e aqueles que compõem hoje os quadros da SATA.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores garantem os empregos esses funcionários? É isso que eles querem saber!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, pelo amor da santa!

Presidente: Sr. Secretário ...

O Orador: Não se consegue ter um debate sereno no Parlamento, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Secretário, eu percebo que seja difícil para quem quer fazer intervenção estar constantemente a ser interrompido e eu também não quero transformar isto em algo mais sério do que é, mas de facto é tão difícil para si, como para mim chamar a atenção constantemente e as pessoas não respeitarem, nem quem está a falar, em quem está a pedir silêncio.

Aliás, parece-me que o ideal até seria fazer um intervalo para que as coisas pudessem acalmar e pudéssemos continuar os nossos trabalhos de forma condigna, como este Parlamento nos merece.

Sr. Secretário, por favor, pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para nós não é um problema ter aviões cheios, nem é um problema ter muita procura, o problema seria ter aviões vazios.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: O problema seria termos aviões meio vazios ou meio cheios. Isso sim, seria um problema grave e bem mais grave de resolver.

Portanto, aquilo que me parece importante e a informação que quero prestar a este Parlamento e que me parece importante tendo em conta o momento em que nós estamos do calendário e também numa perspetiva de tranquilização das pessoas, de tranquilização dos agentes económicos e financeiros da nossa Região, é que a SATA Air Açores está pronta para responder às exigências do Verão IATA na nossa Região.

Também é importante dizer, nós não escamoteamos isso, a SATA deve servir em primeira instância os Açores e os açorianos, esses sim são os principais destinatários da ação e do trabalho da SATA Air Açores, mas também é importante referir naturalmente que a SATA tem que ter a capacidade de responder à procura e à grande procura que, felizmente a nossa Região tem tido no âmbito do setor turístico e isso é também mérito do trabalho que a SATA tem conseguido desenvolver ao longo dos últimos anos.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, referiu duas perguntas concretas relativamente ao escoamento de produtos dentro das nossas ilhas e relativamente à capacidade de deslocação de doentes.

Sobre isso quero dizer-lhe uma coisa, aliás o Sr. Deputado também não deixa de ter esse mérito, bastas as vezes nós falámos através dos requerimentos que o senhor apresentou, dos contatos que o senhor fez com os meus colegas, bastas vezes nós falámos sobre situações que tinham que ser resolvidas, de pessoas que queriam sair da Ilha das Flores, por necessidade médica, de produtos que tinham que ser escoados da Ilha das Flores e como o senhor bem sabe todas as situações foram resolvidas, foram acauteladas, houve as devidas diligências para garantir que isso acontecesse, no âmbito dos procedimentos e dos regulamentos que já existem.

Como o Sr. Deputado sabe a SATA tem que ter reservas pré feitas até 12 horas antes para saída de doentes das ilhas, como o senhor bem sabe.

No caso das situações emergentes e urgentes, é importante referir isto, temos naturalmente sempre a força aérea pronta a intervir e no caso também a SATA. Portanto, não é possível dizer e garantir que não haverá problemas, naturalmente que não, ninguém pode dizer isso, agora o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, no caso específico e concreto da Ilha das Flores, todo o trabalho que sempre foi desenvolvido e as diligências que sempre foram desenvolvidas para o escoamento de mercadorias, para o escoamento de cargas no âmbito do transporte aéreo e também para a saída de doentes que têm e tinham essa necessidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Portanto reiterar aquilo que disse no início, até numa perspetiva de tranquilização e estabilidade dos nossos agentes económicos no início de um período que, como sabem, apresenta grandes desafios para a nossa Região, no caminho que estamos a fazer no setor turístico.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim! Sim!

O Orador: A SATA Air Açores está pronta, em condições normais de responder às grandes exigências e necessidades que o Verão IATA tem para a mobilidade inter ilhas na nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, não sei se pretende encerrar a declaração política.

Tem a palavra então.

Dispõe de cerca de dois minutos.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando aqui trazemos um tema a debate é sempre nossa expectativa que desse debate saiam alguns esclarecimentos, sejam adiantadas algumas premissas que no mínimo permitam que sejamos capazes de perceber os fundamentos das políticas traçadas, o seu alcance e os objetivos pretendidos com as mesmas, o que no fundo é essencial para determinar o nosso posicionamento quanto às mesmas.

No debate das questões relevantíssimas dos transportes na nossa Região e especificamente dos problemas que já se adivinham muitíssimo graves que iremos enfrentar nos próximos meses no capítulo dos transportes nada disso sucede.

Somos incapazes de perceber os fundamentos da política de transportes definida, porque por mais voltas que o Governo tente dar a esta questão, não consegue apresentar uma fundamentação credível e que tenha como base estudos, pareceres e opiniões que de facto fundamentem as opções tomadas.

A realidade é que qualquer política de transportes que pretenda servir de facto a Região, tem de ter como base as necessidades específicas de cada uma das suas parcelas e tal só é possível ouvindo e acolhendo as opiniões, designadamente do poder mais próximo das populações.

Neste caso o Governo agindo de forma sobranceira e arrogante, nem se digna a ouvir a opinião dos órgãos municipais açorianos nem dos Conselhos de Ilha, como recentemente tivemos ocasião de confirmar, por exemplo, quer em relação ao Conselho de Ilha das Flores quer em relação às duas Câmaras Municipais daquela ilha.

Compreende-se, pois, que o Governo tenha dificuldade em apresentar fundamentação para as opções em termos de transportes na Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao alcance desta política de transportes não será necessário fazer futurologia para concluir que, uma vez mais, os açorianos enfrentarão sérios entraves ao seu viver no dia a dia, nomeadamente, nos tempos que se aproximam, vendo limitados, quando não impedidos, de exercer o seu direito à mobilidade. A não serem rapidamente tomadas medidas corretivas, que esperamos ainda que haja o bom senso de as tomar, iremos ter açorianos impedidos da assistência médica essencial, porque para isso necessitam de deslocar-se da sua ilha de residência, tal, aliás, como infelizmente tem acontecido em anos anteriores, ou impossibilitados de neste período de Verão ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... se deslocarem para fora da sua ilha de residência por quaisquer outros motivos, mesmo que sejam ponderosos e inadiáveis.

Teremos açorianos que irão ser prejudicados nos seus legítimos interesses, porque o escoamento da sua produção não será garantido, como será exemplo mais flagrante o caso dos pescadores que se defrontarão, uma vez mais, com as já tristemente habituais indisponibilidades para transporte do seu pescado, sobretudo numa das épocas do ano em que mais necessitam que esse escoamento seja garantido.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto aos objetivos das políticas de transporte delineadas, julgamos ser fácil perceber que para além das estatísticas e dos gráficos mais ou menos interessantes (como sobre procura turística e seu crescimento, etc.), o objetivo fundamental é servir os interesses de grupos económicos, cuja privatização da

SATA é exemplo relevante, como o é, aliás, a subserviência aos interesses dos grupos privados que são detentores de empresas, como a Ryanair entre outras.

Quanto ao objetivo que deveria ser o único e fundamental de servir os Açores e os Açorianos, independentemente da ilha da sua residência, fica muito claro que não é nem serão estas políticas que o irão alcançar.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política.

Vamos passar para a próxima que cabe ao PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração política de hoje centrar-se-á numa grande temática: o funcionamento do sistema regional de saúde. Trata-se de um tema da maior importância. De um grande desafio da nossa autonomia e dos sucessivos governos regionais. De uma área sensível da governação em que todos estamos proibidos de falhar. Uma área em que os erros se pagam muito caro.

A qualidade de vida das populações está hoje muito dependente da capacidade de resposta dos sistemas de saúde. Da sua eficácia. Da sua rapidez. Da sua assertividade. Do seu humanismo.

Meus senhores!

Antes de entrar no tema central desta declaração política deixem-me fazer um reparo que se impõe. Todos nós observamos como, de forma muito frequente, o Governo da República comparece em peso nos debates que se realizam na Assembleia da República. O mesmo sucede na generalidade dos sistemas parlamentares da Europa.

Nos Açores não é assim. A bancada do Governo Regional comparece, nos plenários parlamentares, cada vez mais desfalcada. O próprio Presidente do

Governo Regional desertou deste Parlamento. Tirou, nestes últimos meses, muitas fotografias com grandes deste mundo, mas raramente foi visto neste Plenário. Uma tarde e uma manhã, se tanto, nos últimos três meses.

Eu percebo que os holofotes da política internacional são muito mais interessantes e estimulantes. É muito mais agradável proferir discursos cerimoniais noutras latitudes e noutras circunstâncias, do que submeter-se neste Parlamento à crítica política. Mas a democracia é assim e ainda bem que é assim. A presença do Governo Regional neste Parlamento é uma obrigação, não é uma dádiva.

A deserção do Governo Regional e do seu Presidente deste Parlamento significa o que significa: a desvalorização do sistema parlamentar e das oposições e a intolerância à crítica política.

Meus senhores!

Entro agora na temática que escolhi para esta declaração política. Importa, agora que estamos quase a chegar a meio da legislatura, olhar para os resultados da atual governação na área da saúde.

Em primeiro lugar é impossível não referir aqui as listas de espera cirúrgicas. Acreditem, meus senhores, que nada me daria mais satisfação do que não falar neste tema tão repetido nos debates parlamentares.

Retirar este tema da agenda política deveria ser uma das grandes prioridades políticas deste e de qualquer outro governo. Mas ele permanece na agenda porque a questão não foi resolvida. Mais que isso! Agrava-se de ano para ano.

Temos mais de 10 mil pessoas nas listas de espera cirúrgica. É inadmissível! É uma vergonha para todos nós!

Temos de parar para pensar no sofrimento que tudo isto significa. No purgatório que cada dia de espera significa para cada um dos doentes. Na persistência de uma dor que podia ser retirada. Nas vidas adiadas de tanta gente que aguarda a intervenção cirúrgica para recomeçar a sua vida. Para voltar a viver em

plenitude. São dias, meses e anos que deviam pesar nas consciências de quem tem a responsabilidade e os meios para resolver o problema.

Meus senhores!

É admissível que existam salas de bloco operatório encerradas ou a funcionar muito longe do seu potencial apenas porque faltam enfermeiros?

É admissível que existam salas de bloco operatório encerradas ou a funcionar muito longe do seu potencial apenas porque faltam camas?

É admissível que os tempos de resposta máxima garantida sejam frequentemente duplicados e mesmo triplicados nos Açores, quando no território continental, apesar das fortes restrições orçamentais, são, em regra, cumpridos?

Não, não é admissível. É imperioso que o Governo Regional contrate os enfermeiros que são necessários e disponibilize o número de camas que são indispensáveis.

O Governo Regional tem de conceber e implementar um plano quantificado nesta matéria. Que assuma metas. Que desenhe uma estratégia. Que identifique os recursos necessários para resolver o problema.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O atual Presidente do Governo Regional destruiu o sistema de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. Alegadamente existiam abusos e situações fraudulentas. Mas em vez de identificar e punir os culpados, Vasco Cordeiro lançou um anátema geral e a suspeita generalizada sobre toda a classe médica.

O resultado de tudo isto está à vista. Os serviços prestados às populações das ilhas sem hospital degradaram-se muito consideravelmente. A despesa do sistema aumentou porque, obviamente, fica muito mais caro deslocar milhares de doentes aos hospitais, que deslocar algumas dezenas de médicos especialistas às diversas unidades de saúde. Isto para além do desconforto que

as deslocações significam para os doentes, sobretudo para a população mais idosa.

Ainda por cima está instalado o caos. Eu próprio testemunhei, recentemente, situações em que os doentes se deslocam, em semanas sucessivas, para realizarem consultas e exames em períodos diferentes, quando é óbvio que se deveriam otimizar as deslocações e concentrar consultas e exames no menor número de deslocações possíveis. Nada disto está resolvido e nada disto foi alterado.

E não me falem em novos regulamentos. Está por decidir o mais importante e decisivo: as contrapartidas para os médicos especialistas. Sem isso o sistema não funciona, uma vez que a deslocação dos médicos tem de ser voluntária. É fácil destruir tudo. É muito mais difícil restabelecer a confiança e criar modelos de incentivo que funcionem.

Meus senhores!

Não me resta muito tempo para concluir esta intervenção. Faço apenas mais uma referência. Quando é que acabam os fracassos nos sistemas de informação do sistema regional de saúde? Quantos milhões será necessário gastar para conseguir algo tão simples como a comunicação, no âmbito de todas os hospitais e unidades de saúde da Região, da informação clínica de cada doente? Coisas tão mezinhas como a história clínica do doente, as cirurgias que já realizaram ou a medicação que já lhes foi ministrada. Sem um sistema de informação universal no sistema regional de saúde, não será possível sair da Idade da Pedra Lascada nesta matéria.

O fracasso reiterado do Governo Regional na gestão do sistema regional de saúde é intolerável. Exijo mudanças. Exijo resultados.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Um protesto às referências do Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre o facto do Sr. Presidente do Governo desertar do Parlamento, fugir ao debate político.

Presidente: Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Tenho que utilizar esta figura regimental porque não posso deixar de repudiar essas acusações, criando-se a ideia de que o Sr. Presidente do Governo foge ao Parlamento ou não está no parlamento. Julgo que estaremos a falar do Presidente do Governo que mais vezes vem ao Parlamento e aqui vem regularmente a cada uma das sessões plenárias.

O Sr. Presidente do Governo não esteve no Plenário de março porque esteve em Bruxelas onde reuniu com o Comissário Europeu do Orçamento e com o Comissário Europeu da Política Regional, onde reuniu também com Emmanuel Macron, Mariano La Roy e António Costa, no âmbito do processo negocial sobre o novo orçamento comunitário, portanto esteve lá a defender os interesses da nossa Região.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: No último Plenário não esteve nos Açores porque acompanhado também por uma comitiva deste Parlamento esteve no Brasil, no âmbito das comemorações do aniversário 270 da presença açoriana no Brasil, acompanhado pelo Sr. Deputado António Marinho, pelo Sr. Deputado Alonso Miguel e pelo Sr. Deputado José San-Bento, na representação externa da nossa Região, que nos parece muitíssimo relevante.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Presidente esteve aqui terça-feira, durante todo o dia, mas ontem deslocou-se para S. Miguel, no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Agricultura.

Para que não restem dúvidas o Sr. Presidente do Governo vem a este Parlamento permanentemente e não pode ficar a ideia que o Sr. Presidente do Governo esteja em algum momento a fugir deste Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Levantei-me antes para ser aplaudido pela bancada do PS, nunca tinha acontecido.

Devo dizer o seguinte: já verifico falta de ética não significa que o protesto seja aceite, mas qualquer tipo de protesto por parte do Governo Regional é logo imediatamente aceite, isto é difícil debater nestas circunstâncias e nesta desigualdade.

Mas seja como for o que é importante aqui dizer é que o Sr. Secretário acaba de confirmar aquilo que eu disse, o Sr. Presidente do Governo Regional nos últimos três meses esteve aqui uma manhã, quando muito, e um bocadinho da tarde (tenho dúvidas em relação à tarde).

A questão fundamental é esta: como se vê agora pelo Governo e se pode ver nas imagens das últimas sessões plenárias, o Governo muitas vezes está representado apenas pelo Sr. Secretário que agora falou. Muitas vezes está representado, não é uma, nem duas, nem três, muitas vezes só lá está um Membro do Governo.

Se nós olhamos para a Assembleia da república está repleta com os Membros todos do Governo, respeitando o sistema parlamentar, respeitando as oposições, respeitando os Srs. Deputados e o que nós vemos aqui é que reunindo apenas uma semana por mês, mesmo assim o Governo não está aqui presente, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade! No debate do Plano e Orçamento estamos todos presentes!

O Orador: ... muito poucos (um, dois, três Membros do Governo), portanto o Governo foge ao debate político e o Sr. Presidente do Governo Regional também foge ao debate político. Isso é absolutamente evidente!

Os senhores têm dificuldade em assumir as críticas políticas, é normal.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não está a ver? Estão aqui mais três pessoas!

O Orador: Querem que eu venha para aqui elogiar o sistema de saúde com estes resultados todos? Os senhores têm dificuldades, estão há 22 anos no poder e não gostam de ouvir críticas, não toleram a crítica! Isso nos sistemas democráticos é essencial e os senhores têm uma saída agora, que é não comparecem e desvalorizam este Parlamento.

Por isso Sr. Membro do Governo, o que o senhor deveria e sabendo perfeitamente ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termina Sra. Presidente.

... que é verdade aquilo que eu disse, sabendo perfeitamente que muitas vezes, e todos aqui podem testemunhar, o senhor está aí sozinho, o senhor não deveria tentar desmentir aquilo que não se pode desmentir.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está presente no debate quinzenal e no debate do Plano e Orçamento!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para o debate sobre a declaração política?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Queria começar a minha intervenção, em nome do grupo Parlamentar do PS, por me associar integralmente às declarações aqui proferidas pelo Sr. Secretário da Presidência que aqui muito bem lembrou um conjunto de constrangimentos em que o Governo Regional na pessoa, e bem, e como não poderia deixar de ser, do seu Presidente procurou defender interesses vitais para a Região Autónoma dos Açores. Não estamos a falar de interesses estratégicos, estamos a falar de interesse vitais para o futuro dos Açores e mais do que justificativos para alguma eventual ausência do Sr. Presidente do Governo.

Nós não podemos desvalorizar esta câmara, nem a visão institucional da autonomia, quando temos permanentemente o Secretário mais habilitado a estar aqui a representar o Governo, como o Sr. Secretário Berto Messias que irrepreensivelmente tem representado o Governo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Para mim deixa-me uma certa perplexidade, quando partidos deste parlamento desvalorizam esta questão procurando outros argumentos para no fundo contornar uma questão que do ponto de vista institucional é da maior

importância e do maior simbolismo, o Governo está sempre aqui sempre aqui representado e está sempre muito bem representado neste Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Concordemos, ou não, com o que diz o Sr. Secretário, esta é outra questão, mas do ponto de vista institucional este aspeto é irrepreensível e deveria sê-lo, ainda mais, para um partido com uma matriz conservadora.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto a esta questão gostava também de lembrar que quer o Partido Socialista, o Governo e este Grupo Parlamentar, nós não só zelamos e prezamos a origem democrática da nossa maioria, como também procuramos escrupulosamente desenvolver uma ação e um mandato democrático desse poder, origem democrática e um exercício democrático do poder é fundamental e isso não pode deixar de ser sublinhado, por isso é que nós temos uma maioria positiva, reformista e dialogante. Uma maioria que cumpre escrupulosamente o estado de direito e que ainda por cima, Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós orgulhamo-nos disso, é uma maioria que defende e protege as minorias.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria também dizer, Sras. e Srs. Deputados, embora esta não seja a ocasião, nem a figura ideal para poder fazê-lo, que nós estamos a trabalhar na área da saúde, de uma forma que nos deixa orgulhosos.

Eu já aqui disse que nós não escondemos as dificuldades e os problemas que temos no Serviço Regional de Saúde, mas o PS tem orgulho do que está a fazer na área da saúde e é muito fácil chegar aqui e utilizar o argumento das listas de espera para dizer que há dez mil pessoas em lista de espera nos Açores, mas nós temos que dizer que há vinte mil listas de espera na Região Autónoma da Madeira; há duzentas mil listas de espera no nosso País; há muitas listas de espera no Reino da Grã-Bretanha, no reino da Bélgica, no reino da Holanda e no reino da Suécia e em muitos desses reinos pelo mundo fora.

Nós estamos a falar de uma situação que tem a ver com um conjunto de constrangimentos, que eu já expliquei aqui algumas vezes noutros debates, que inviabilizam uma solução de varinha mágica.

Como eu já disse muitas vezes, este problema das listas de espera não resulta de uma insensibilidade do Governo ou do Sr. Secretário, nem resulta de uma eventual incompetência dos conselhos de administração dos hospitais. Este problema existe nos Açores, na Madeira, no país e em muitos países pelo mundo fora porque há um conjunto de constrangimentos, nomeadamente ao nível dos anestesistas, ao nível de outras especialidades cirúrgicas que impedem que a Região, a Madeira, o País e todos esses países consigam resolver esse problema ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... de uma vez por todas, mas nós temos que deixar bem claro aos açorianos que mesmo nesse conjunto de adversidades, de dificuldades e de grande escassez desses recursos para podermos resolver de uma vez por todas esse problema, nós estamos a implementar um conjunto de medidas que estão a ter grandes efeitos no Serviço Regional de Saúde. Já o disse aqui há dois meses atrás. O Sr. Deputado Paulo Estêvão quer falar de 22 anos, nós estamos à vontade para falar disso! Olhe, sabe que mais? Em 22 anos, mais 95% de enfermeiros no Serviço Regional de Saúde; mais 71% de médicos; mais 147% de consultas; mais de 200% de aumento de meios complementares de diagnóstico.

O senhor falou da deslocação de especialistas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em 2013 tivemos 702 deslocações; em 2016, tivemos 2 270, 3,2 mais de deslocação.

De 2013 a 2016 nós aumentamos 223% as deslocações de médicos especialistas às ilhas que não tinham hospitais. Isto não significa que a saúde é uma grande prioridade para o PS? Claro que significa! Se tiverem dúvidas vejam os reforços

orçamentais, nós já estamos a financiar a saúde nos Açores com mais de 300 milhões de euros por ano, isso é uma prioridade.

Agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento dizer-lhe, não há varinhas mágicas para esse problema! Não vale a pena o senhor vir aqui com um discurso demagógico fazer crer que um problema, que é um problema sistémico da Europa e em muitos países por esse mundo fora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: ... que é uma questão dos Açores, que é um problema do Serviço Regional de Saúde. É um problema, Sr. Deputado, mas é uma questão que tem uma solução difícil e é uma solução que nós estamos a trabalhar nela, o senhor não se pode esquecer que algumas dessas especialidades que eu aqui referi leva doze anos a formar esses especialistas, portanto as políticas que nós começamos a implementar a alguns anos atrás, acerca de uma década atrás, estão a ter impactos. A melhoria que nós estamos a ter e que vamos passar a ter a partir de setembro ao nível da cobertura de médicos de família, corresponde ao investimento que fizemos há mais de dez anos em especialidades de medicina geral e familiar.

Eu já referi isto aqui várias vezes, a Região tem disponibilizado toda a sua idoneidade formativa precisamente para nós recuperarmos mais depressa e com mais força deste atraso, mas nós estamos a desenvolver essas políticas e os açorianos reconhecem esse esforço, por isso é que sabem que podem confiar nos Açores, podem confiar no Serviço Regional de Saúde, podem confiar no PS porque nós não viramos a cara à luta e temos orgulho no grande trabalho que estamos a fazer na área da saúde e como eu já disse várias vezes, o PS quando chegar à hora certa, quer ser julgado pelos resultados na área da saúde, porque o PS tem muito orgulho em estar a implementar um Serviço Regional de Saúde universal, geral, gratuito e tendente para a excelência, é o nosso compromisso e vamos continuar a trabalhar nesse objetivo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado está em lista de espera?

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu queria ter condições para intervir.

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Começemos pela transparência.

É pouco transparente, que embora uma determinação governamental, sob a forma de Portaria diga que até dia 5 de cada mês, sejam conhecidos os dados das listas de espera cirúrgicas referente ao mês anteriores, os últimos dados que o sistema integrado de inscitos para cirurgia tem publicados, são de 28 de fevereiro. Estamos em maio, Sr. Secretário! Não há dados de março, não há dados de abril! Os senhores ocultam a informação aos açorianos. Esta é a primeira afirmação que queria fazer.

Isto provavelmente terá uma explicação, Sr. Secretário.

A 28 de fevereiro, segundo os dados oficiais existiam 10 039 açorianos em lista de espera, a que devem ser acrescentados os 1 581 que se encontravam em espera para pequena cirurgia e que totalizavam a 28 de fevereiro, 11 856 doentes em espera.

Mas a realidade agora é bem diferente, Sr. Secretário Regional, embora os números não estejam publicados oficialmente, como era obrigação do Governo, no Hospital de Ponta Delgada no início de abril de 2018, ou seja, um mês e meio depois de 28 de fevereiro de 2018, tinham aumentado de 7 383 doentes em espera, para 9 100, portanto mais 1 717 doentes em espera. É por isso que o seu governo não faz publicar os resultados ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nosso! Nosso!

Orador: ... porque eles não são favoráveis, Sr. Secretário Regional!

Em segundo lugar, Sr. Secretário Regional, mais do que os doentes em espera e como V. Exa. concorda, estão pessoas e estão pessoas há muito tempo em espera e é evidente que desses 9 100 que estão em Ponta Delgada, 103 ainda são de 2012, estão há seis anos à espera e os senhores chegaram muito tarde a esta solução.

O PSD propôs em fevereiro de 2014 que se criasse uma produção cirúrgica adicional ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Bem lembrado!

Orador: ... de modo a permitir que os doentes fossem operados fora do horário normal de trabalho, “caiu o carmo e a trindade” aqui e fora desta Assembleia...

Deputado José San-Bento (*PS*): Não caiu nada!

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Nem o Carmo nem a trindade!

Orador: ... dizendo que o PSD estava a copiar uma proposta do PS, que só veio a ser implementada dois anos depois.

Portanto, quem está atrasado é o Governo e fez atrasar a resolução do sofrimento dos açorianos. São pessoas que estão à espera, Sr. Secretário Regional! São pessoas que estão à espera!

Sabe por que é que o número de doentes em espera cirúrgica e que os senhores ocultam a informação, porque não publicaram os dados de março e abril, estão

agora à espera, sabe porquê, Sr. Secretário? Porque o Governo não tem capacidade de planeamento! Não tem capacidade de planeamento em relação aos seus recursos humanos! Faltam enfermeiros nos blocos operatórios, porque um enfermeiro instrumentista num bloco operatório, de modo a que esteja autónomo leva um ano a formar-se e os senhores não sabem planear! Por isso é que há salas de bloco operatório fechadas!

Deputado José San-Bento (PS): Não é por isso!

Orador: E é por isso, ao contrário daquilo que se estaria à espera, a produção cirúrgica adicional neste momento no Hospital de Ponta Delgada já é superior à produção cirúrgica em tempo normal, porque em tempo normal todas as manhãs fecham duas salas de bloco operatório, por falta de enfermeiros, que os senhores não souberam planear as suas necessidades! É essa a razão do agravamento dos números e que os senhores querem ocultar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas os senhores chegaram tarde também a outras matérias. Os senhores chegaram tarde em relação à deslocação de especialistas. Os senhores destruíram aquilo que era uma medida positiva e que satisfazia os açorianos e que foi inaugurada pelo PSD em 1986, regulamentada pelos Governos do PS em 1997 e que tanto sofrimento retirou aos açorianos por estas ilhas fora.

Mas os senhores em 2014, célebre mês de fevereiro de 2014, havia uma imoralidade em todo o Serviço Regional de Saúde. Havia especialistas que ganhavam dinheiro não se sabia como; que a Inspeção Regional de Saúde ia entrar a matar, primeiras páginas do Açoriano Oriental, 1,3 milhões de euros de burlas no Serviço Regional de Saúde, vamos acabar com isso! Mas qual quê! Os médicos têm agora um estatuto especial relativamente aos funcionários públicos! Os senhores nunca tiveram a capacidade de destrinçar que para

matérias diferentes, soluções diferentes e quiseram comparar profissionais de saúde a funcionários administrativos da administração pública. Foi esse o vosso erro!

Agora quiseram reintroduzir a matéria, mais uma vez atrasados.

Em primeiro lugar, disseram que entregavam aos parceiros sociais a proposta de portaria, em abril de 2017; depois em setembro de 2017 e só o mês passado a fizeram entregar aos parceiros sociais, mas ocultando o valor da deslocação da diária dos profissionais de saúde, que há de ser decidida a posteriori, por um despacho conjunto do Sr. Vice-Presidente, claro, que é o que autoriza, assina e dá, e o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Oh Sr. Secretário, assim não vamos lá! Sabe o que é? Houve cancos fechados em envelopes por essas ilhas todas nos centros de saúde à espera que os médicos os abrissem e verificassem que existiam.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Isso deve pesar na consciência de nós todos! Somos responsáveis políticos!

Os senhores chegaram tarde a esta solução depois de a terem destruído, Sr. Secretário Regional!

Por último, queria fazer uma referência à medicina geral e familiar.

Nós reconhecemos que a medicina geral e familiar tem aumentado a cobertura a nível da Região, mas queremos dizer-lhe Sr. Secretário Regional, nós não usamos os açorianos para promessas eleitorais falsas. Foram os senhores que disseram no vosso programa eleitoral que em 2018 haveria cobertura integral da população por medicina geral e familiar! Mas onde é que ela está?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Não usem as pessoas num oportunismo político porque elas não merecem! Elas não merecem! Falem a verdade! Sejam verdadeiros na vossa atuação!

Eu diria, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a sua intervenção foi oportuna, sobretudo porque nós estamos perante um Governo que não age, reage!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, vou aguardar que a câmara se acalme.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Poderia aqui falar de inúmeros problemas do Serviço Regional de Saúde: da falta de médicos, da deslocação de especialistas, da telemedicina, enfim, tinha aqui um role vasto para falar.

Mas Sr. Secretário, recebi, porque as pessoas ouvem isto, um telefonema de um utente a dizer o seguinte: “Pela sua saúde, dê uma palavrinha a este Sr. Secretário, que eu estou cheio de dores e preciso ser operado!”.

Sr. Secretário, isto é um doente que está em lista de espera há cinco anos para uma cirurgia à anca no Hospital de Angra do Heroísmo.

Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário, é admissível esperar um ano, ou esperar uns meses, mas é doloroso Sr. Secretário esperar um ano, é mais doloroso esperar dois anos, é penoso esperar três anos, mas é cruel esperar mais de cinco anos. Temos que ser solidários e respeitar o sofrimento dos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Hoje a minha intervenção é um pedido que lhe faço: acuda a essa gente, porque é gente que sofre, que está de baixa, que está em vida ativa, que precisa de ser reabilitado para ir trabalhar para não viver à conta da segurança social. É um pedido que lhe faço, Sr. Secretário: acuda a essa gente!

Ao contrário do que aqui se disse, o problema não é só a falta de anestesistas, isso não é verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Desculpe! Desculpe! Não é só falta de anestesistas? Isso não é para si!

O Orador: Pode também ser, mas não é a única.

O problema, Sr. Secretário, é também a falta de ortopedistas; o problema, Sr. Secretário, foi não atempadamente termos dotados os quadros, por exemplo, na especialidade de ortopedia; o problema, Sr. Secretário é um doente estar marcado para uma cirurgia no Hospital da Horta, também na ortopedia e uns dias antes telefonarem-lhe, vá lá, a dizer: “Não venha que não temos material!”. Portanto, isso tudo são problemas reais que eu aqui lhe trago, Sr. Secretário, penoso e cruel, infligir sofrimento aos outros, gente que sofre e nós temos o dever, este Governo tem o dever de pelo menos para aqueles casos que estão em lista de espera há mais anos, contratar um especialista, se quiser eu posso contratar-lhe um especialista amanhã, ao preço que o senhor paga aos outros para virem a Angra ler ressonâncias, enfim fazer outras coisas, no âmbito de outras especialidades, e bem, eu presumo que é urgente também contratar, como sabe a ortopedia em Angra está absolutamente depauperada e dois profissionais, por muito que queriam, não conseguem dar resposta.

É urgente, e vou dizer-lhe, Sr. Secretário com toda a sinceridade, apresentaremos aqui uma proposta.

Eu faço-lhe o pedido, o senhor dirá o que entender e a seguir nós também tomaremos a atitude que achamos adequada a essa situação.

Muito obrigado.

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Em primeiro lugar agradecer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão por trazer o tema da saúde para podermos, nestes breves momentos, refletir um pouco sobre esta realidade e a feliz coincidência do Governo estar aqui presente e eu próprio também aqui estar para poder contribuir para este debate.

Nós temos, em breve, 40 anos do Serviço Regional de Saúde, implementado em 1980 e acho que todos nós nos devemos orgulhar do percurso deste Serviço Regional de Saúde e daquilo que tem prestado a todos os açorianos.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Muito bem!

O Orador: Obviamente que a área da saúde é uma área sempre muito sensível, não só nos Açores, mas a nível nacional, europeu e mundial e obviamente que todos os dias acontecerão pequenos pormenores nessa área da saúde que nos preocupam e a mim preocupam quando acontecem aqui nos Açores e obviamente essa é uma das nossas grandes preocupações.

Mas para além de estarmos todos os dias a tentar resolver os problemas imediatos, há que ter a capacidade de refletir, não só sobre o percurso do passado, mas essencialmente pensarmos no futuro e foi algo que nós fizemos neste primeiro ano de mandato, foi avaliar a implementação do plano regional de saúde, tivemos a coragem de avaliar e tornar público esse mesmo relatório para o bem e para o mal.

Estamos, obviamente, a pensar também no futuro independentemente de quem esteja aqui na pasta da saúde e o Governo que governará nos próximos anos.

Já lançámos vários desafios aos parceiros desta área da saúde para podermos refletir para os próximos 10, 20 e 30 anos sobre aquilo que queremos ter na saúde nos Açores e uma realidade que nenhum de nós pode fugir é que aconteça o que acontecer seremos sempre nove ilhas e todos os açorianos têm direito ao Serviço Regional de Saúde e essa é que tem que ser a nossa preocupação e a realidade dos Açores por esta vertente arquipelágica é totalmente diferente de qualquer análise que se possa fazer a nível continental, ou seja, lá em qualquer outro espaço territorial.

Nós temos especificidades próprias e é nisso que nós estamos preocupados. A questão da acessibilidade e da sustentabilidade são duas vertentes essenciais para o futuro do Serviço Regional de Saúde e a acessibilidade é garantir que todos os açorianos possam ter acesso a este Serviço Regional de Saúde e a sustentabilidade que não é só financeira, mas também de recursos humanos, tal como aqui já foi referido.

Portanto, é este o desafio que temos lançado a todos os parceiros e, felizmente, tem sido bem acolhida e temos tido discussões muito interessantes para o futuro.

Mas centremo-nos no dia a dia e aquilo que nós temos vindo a fazer nesta legislatura.

O programa do Governo em alguns aspetos, assume claramente, com humildade, devemos refletir sobre os sistemas que estão em vigor e alterar o que for necessário alterar e foi isso que nós temos vindo a fazer, nomeadamente ao nível das listas de espera. É verdade, temos pessoas há cinco anos, até temos mais, há seis anos nalgumas especialidades. Qual é que tem sido o nosso esforço? É criar condições nos hospitais para que efetivamente o número de pessoas que estão há mais tempo comece a diminuir. Basta ver as estatísticas

que estão publicas, isto tem vindo a acontecer, cada vez está a conseguir-se diminuir o tempo que as pessoas estão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em Angra não!

O Orador: Continuam pessoas à espera? Obviamente que sim e é esse o esforço que temos vindo a fazer e as medidas que estão a ser disponibilizadas aos hospitais para poderem implementar isto.

Nós temos um desafio para este ano de 2018, diminuir o número de pessoas que estão em lista de espera e fazer com que pelo menos o investimento que nós fazemos, por exemplo, com o programa CIRURGE é que até ao final deste ano todas as pessoas que estavam inscritas, até 31 de dezembro de 2014, se consiga resolver este problema.

Portanto, é um objetivo que nós temos, agora o Governo Regional disponibiliza os meios e é preciso obviamente que todos que fazem parte do Serviço Regional de Saúde também contribuam para essa resolução. Não é o Secretário Regional da Saúde que vai fazer essas operações, porque se calhar se eu fosse médico não estaria no Governo e estaria a trabalhar para contribuir para este objetivo.

Relativamente a isto eu tenho dito várias vezes que ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não, não foi para si!

Eu tenho assumido várias vezes que os sistemas de saúde têm em todo o lado um problema de sustentabilidade financeira.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor imponha-se ao Sr. Vice-Presidente e deixe a Sra. Deputada Mónica Seidi trabalhar no Hospital de Angra. Eles precisam dela lá!

Esta Assembleia autoriza, o Sr. Vice-Presidente não!

Instruções de Sérgio Ávila: essa senhora não trabalha no Hospital de Angra!

Não somos todos Sérgio Ávila!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário Regional está no uso da palavra, vamos permitir que ele possa concluir a sua intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vai pedir desculpa. Ele não sabia que o Vice-Presidente impediu a Deputada Mónica Seidi de trabalhar no Hospital de Angra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Eu queria perguntar se efetivamente o Sr. Secretário Regional pode continuar ou não? Parece-me que sim.

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sr. Deputado, vamos lá ver uma coisa, ou se criam as condições para o Sr. Secretário Regional poder continuar a sua intervenção, ou vamos fazer intervalo porque efetivamente eu não vou estar constantemente toda a manhã a chamar-vos a atenção.

Sr. Secretário, por favor.

O Orador: Eu estava a referir que da parte do Governo Regional, temos criado as condições para que as instituições de saúde possam cumprir o seu desiderato. Aquilo que eu estava a referir quando fui interrompido, foi que obviamente em todos os sistemas de saúde há um problema financeiro, mas também há um problema de organização e é nisso que nós temos estado a trabalhar, porque todos têm que assumir o seu papel nesse sistema, por isso é que nós temos conselhos de administração, por isso é que nós temos diretores clínicos, por isso

é que temos enfermeiros chefes, porque obviamente há uma questão organizativa que é necessário que seja implementada em todo o lado.

Obviamente que há, vem sempre à baila a questão da humanização.

A humanização é também algo que devemos todos nos preocupar, mas essa passa não só pelos médicos, pelos profissionais de saúde, mas por aqueles que atendem as pessoas e às vezes a forma de comunicação não é a ideal e também devemos alterar esta situação.

Mas para além dessa questão da estratégia da diminuição dos tempos da lista de espera, nós também assumimos no Programa do Governo que era necessário rever a deslocação dos médicos especialistas e foi isso que nós fizemos, apresentámos aquilo que nós consideramos ser uma reforma deste sistema, alargando a vários profissionais de saúde, não só aos especialistas e pensamos que vamos ter, quando entrar em vigor muito em breve esta portaria, que faz a interligação com a deslocação de doentes e a deslocação de especialistas que efetivamente tenhamos aqui um bom regulamento para otimizar as deslocações não só entre as ilhas que não têm hospitais e as que têm hospitais ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... e também toda esta componente entre centros de saúde.

Mas também estamos a pensar e temos já propostas concretas para o futuro ao nível da sustentabilidade dos recursos humanos e aí tem a ver com as propostas relacionadas com a idoneidade formativa, para haver uma haver uma idoneidade formativa regional, já fizemos em novembro uma proposta à ordem dos Médicos e agora recentemente a proposta feita e o desafio lançado à Universidade dos Açores e às escolas de saúde, para que os ensaios clínicos de enfermagem possam realizar-se em todas as ilhas e que isto promova a fixação dos enfermeiros.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Então para encerrar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por referenciar um episódio que mostra bem, quem nos está a ouvir, o público em geral (os senhores jornalistas não ouviram, mas quem esteve aqui nesta sala ouviu) quem ontem se vitimizou e abandonei esta sala quando dirigiu-me esta referência, este aparte, o Sr. Deputado André Bradford disse: “O senhor foi barriga de aluguer”, por trazer este tema da saúde.

Portanto, é para que se veja o nível de ofensas que aqui são proferidas quando os microfones estão desligados.

O que eu quero dizer ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Sra. Presidente, o que eu quero dizer, e depois também fui ofendido, o Sr. Deputado José San-Bento o que disse foi que era uma intervenção demagógica.

Eu nem sequer protestei, porque já sei que a Representação Parlamentar do PPM não tem direito a realizar protestos nesta Assembleia, nem vou fazer.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor ficou ofendido porque eu chamei-lhe demagógico! Pelo amor de Deus!

O Orador: Mas o eu quero dizer é o seguinte: nenhuma das afirmações que eu proferi foi desmentida.

Eu fiz esta intervenção pelo seguinte: porque as pessoas têm estes problemas e eu vim falar dos problemas da saúde que todos discutem e obviamente estudei o assunto e também tive oportunidade, Sr. Secretário de acompanhar um programa da RTP-Açores, porque eu vejo a RTP-Açores, no dia 23 de abril, o programa “Sem meias palavras”, em que V. Exa. esteve presente e em que, por exemplo, a Dra. Isabel Cássio e a Dra. Luísa Ferraz, disseram que existiam blocos operatórios que estão fechados e que não estão a funcionar pela falta de enfermeiros e porque não existiam camas e o senhor desmentiu essa informação? Não desmentiu!

Deputado Carlos Silva (PS): E abriu concurso!

O Orador: E são pessoas que estão dentro do sistema e que têm conhecimentos técnicos adequados.

Portanto, o senhor desmentiu esta explicação, para que muitos blocos operatórios estejam encerrados?

Lembro-me da Dra. Isabel Cássio ter dito: “Mas eu não percebo por que é que não se contratam enfermeiros?! Por que é que existem blocos operatórios que estão fechados e por que é que não se contratam enfermeiros?!”.

Ela perguntou-lhe, ela disse-lhe e o senhor respondeu? Não, não respondeu porque o senhor sabe que é verdade e este tipo de informações, este tipo de debate que os senhores dizem que é demagógico, mas é de alguém, não foi o senhor, foi a bancada do PS que veio aqui dizer que não existiam anestesistas. Bom, mas quem está dentro do setor e as pessoas que realmente percebem do assunto dizem que há falta de enfermeiros e não percebem por que é que eles não são contratados.

Se o problema não é resolvido, não é por não existirem enfermeiros no mercado, é porque os senhores não os querem contratar.

Portanto, se o problema permanece e não é atacado com toda a frontalidade, é porque o senhor tem responsabilidade nessa matéria, é porque o senhor não

tomou as providências no sentido de contratar mais enfermeiros e no sentido de disponibilizar mais camas.

Deputado José San-Bento (PS): A gente estamos sempre a contratar enfermeiros!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

Não me venham dizer que o problema não se pode resolver, que é impossível de resolver, ...

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque o problema resolve-se se o senhor fizer o esforço no sentido de resolvê-lo, nomeadamente contratando enfermeiros, nomeadamente disponibilizando mais camas e retirando, por exemplo, metade dos assessores que os senhores têm no Governo Regional!

Deputado José San-Bento (PS): Ah! Demagogiazinha!

Deputado André Bradford (PS): O senhor também tem dois, pode dispensar um!

O Orador: Era muito fácil resolver essa questão.

Também lhe disseram, nesse mesmo programa, e o senhor não contestou, que em relação ao sistema informático que tem sido o caus na região, que os senhores há anos, há décadas que tentam resolver o problema e não conseguem fazê-lo e que gastam milhões de euros, como aqui já foi muitas vezes denunciado nomeadamente pelo CDS-PP, com negócios ruinosos e que os senhores não conseguem que, por exemplo, uma unidade de saúde, faça chegar essa informação ao hospital, ou vice-versa, ou que o hospital possa recolher essa informação na unidade de saúde, em relação ao registo clínico daquele doente, não otimizando o sistema e o senhor foi confrontado com esta situação e também não contrariou e o senhor também não disse que não era verdade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, tudo o que foi dito por mim, hoje aqui, foi dito por especialistas nesta matéria.

Termino com esta referência, Sr. Secretário: o Sr. Secretário também produz fogo amigo. Então o senhor diz que não estaria aqui se fosse médico. E os médicos que aqui estão sentados? Estão os médicos que aqui estão sentados, estão a faltar ao seu dever profissional? Não, não estão! Todos os médicos dos diversos partidos que aqui estão sentados, estão fundamentalmente a fazer o seguinte: também a dar o seu contributo, o contributo com conhecimento específico que têm para a matéria e claro o seu dever de cidadania! Era só o que faltava que os médicos não tivessem o dinheiro de pertencer e participar no âmbito do funcionamento do sistema político.

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ninguém disse isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar do ponto onde ficámos ontem à noite, exatamente no debate sobre o ponto 11, da nossa Agenda.

Estava inscrito o Sr. Deputado Bruno Belo.

Eram 12 horas e 08 minutos.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui um Projeto de Resolução que não é mais do que recomendar ao Governo que cumpra aquilo que está legislado e aquilo que está legislado no Orçamento de Estado para 2018.

Ontem assistimos à intervenção do Sr. Secretário dizendo que o processo estaria a decorrer de uma forma normal. Para o Governo dos Açores, normal, significa um atraso de cinco meses.

Sr. Secretário, eu penso que V. Exa. desconhece todo o processo que envolve o descongelamento de carreiras e o pagamento que deriva desse descongelamento de carreiras. E vou relembrar que aquilo que foi aprovado no Orçamento de Estado para 2018 refere que 25% da remuneração que se refere ao descongelamento das carreiras deveria ter sido paga em janeiro; 50% em setembro de 2018; 75% em maio de 2019 e os restantes 25%, que perfazia os 100%, em dezembro de 2019.

Sr. Secretário, eu percebo que V. Exa. poderá até não ter conhecimento sobre essa matéria, mas não pode vir aqui dizer que as coisas estão a decorrer num processo normal quando estão cinco meses atrasadas, por consequência de um congelamento de carreiras feito, pelo Partido Socialista, em 2011.

Há uma coisa que o Sr. Secretário não se pode esquecer: todos os açorianos, todos os portugueses foram solidários com o país; os funcionários públicos da Região passaram sacrifícios para pagar as faturas dos socialistas e responsáveis, e isto o senhor não pode esquecer e não pode menosprezar os funcionários públicos desta Região.

Mais, Sr. Secretário. Aquilo que é uma medida boa, que é a recuperação dos valores do descongelamento de carreiras, vem pôr a nu a situação de descoordenação dos serviços da Administração Pública Regional e do SIGRHARA.

Ora, o Sr. Vice-Presidente, por diversas vezes, vem dizer que todas as situações sobre os funcionários públicos da Região estão à distância de um clique e, neste

momento, ainda há funcionários públicos a serem notificados das suas classificações...

Deputada Graça Silva (PS): Das altas remunerações!

O Orador: ... para poderem depois ter acesso ao descongelamento das carreiras.

Sr. Secretário, para além do seu desconhecimento, do seu desprezo pelos funcionários públicos, há que reconhecer o sacrifício que todos eles fizeram.

Sr. Secretário, uma última questão: de 2011 até agora, os funcionários públicos da Região contribuíram para as contas públicas, através das carreiras congeladas. Pode dizer-nos qual foi esse contributo ao longo desses anos?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bruno Belo está a fazer uma confusão...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, muito grande, sem dúvida!

Deputado Manuel Pereira (PS): É normal!

A Oradora: ... entre atraso e o tempo necessário para se proceder ao processamento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é atraso, é o tempo necessário!

A Oradora: Exatamente. É o tempo necessário para se proceder ao pagamento da reposição remuneratória dos trabalhadores da Administração Pública.

Sr. Deputado, o Partido Socialista, neste momento, está em condições de dizer, de afirmar, que não há atrasos nos pagamentos dos descongelamentos relativos

à reposição (e repito: reposição!) remuneratória dos trabalhadores da Administração Pública.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: O que há, sim, e é pouco sério dizer que é um atraso, é exatamente obedecer a procedimentos obrigatórios por lei, nomeadamente um que o senhor referiu aí que é a notificação ou a audiência dos interessados, obrigatória (e digo-lhe mais) pelo Código do Procedimento Administrativo da Administração Pública, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que o senhor tão bem conhece e que finge desconhecer.

Sabe tão bem como eu que é um direito dos trabalhadores a sua pronúncia sobre a sua classificação de serviço. É um direito que lhes assiste.

Portanto, Sr. Deputado, é, sim, a partir do dia 1 de janeiro de 2018, que serão repostos os cortes salariais, especialmente feitos pelo seu Governo, pelo Governo do PSD e do CDS-PP.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PSD): Quem congelou quer descongelar depressa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é que congelou as carreiras, quem foi? A dizer que as finanças do país estavam boas.

A Oradora: Sr. Deputado, para além do mais, Sras. e Srs. Deputados, ainda há um outro procedimento que nós temos que perceber...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sabe o número da conta do amigo Santos Silva?

A Oradora: Sr. Deputado, eu se fosse a si tinha ...Olhe, um bocadinho de pudor, em relação a isso.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Porquê? Porque vos incomoda? Incomoda o Partido Socialista?

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Incomoda, incomoda, sim senhor. Incomoda o ataque que foi feito aos funcionários públicos pelo seu partido. Incomoda sim senhor! Incomoda e muito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Há lá maior ataque do que um país falido!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: E há ainda um outro procedimento, Sr. Deputado, que também é preciso não esquecer: no procedimento dos trâmites para efetuar o respetivo pagamento, é necessário também adaptar nomeadamente o sistema de pagamento dos recursos humanos dos trabalhadores da Administração Pública Regional. Portanto, também ele teve que ter uma adaptação para o pagamento. Portanto, neste momento está feita essa adaptação, está feita a audiência dos interessados na Administração Pública. O que já não está efetivamente garantido é que essa audiência esteja concluída em todas as autarquias da Região. Posso apontar algumas do seu partido...

Deputado Marco Costa (PSD): Aquelas a que a senhora nunca chegará!

A Oradora: ... onde ainda não foi efetuado o pagamento, em que a audiência dos interessados ainda não está concluída.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós também podemos apontar algumas do seu partido! Olhe, também podemos!

A Oradora: Então aponte! Então aponte!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Eu chamaria até só de ignorância relativamente ao processo que teve que decorrer até ao momento para que o pagamento, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2018, fosse efetivamente feito.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Marco Costa (PSD): O sorriso não engana!

A Oradora: Importa também aqui lembrar do que é que estamos efetivamente a falar. O que estamos a falar é exatamente dos cortes salariais, como foi referido, efetivados especialmente pelo Governo do PSD...

Deputado Bruno Belo (PSD): Estamos a falar dos congelamentos das carreiras!

A Oradora: ... e do CDS. E falamos de quê? Falamos da proibição de valorização remuneratória a partir do seu Governo, do roubo do valor do trabalho extraordinário com o corte do valor da hora do trabalho extraordinário, nos cortes nos salários e pensões, do aumento do IRS para os trabalhadores, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E não poder progredir na carreira, diga lá!

A Oradora: Incomoda-vos, não é Srs. Deputados?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Incomoda, incomoda! Incomoda os açorianos e incomoda os trabalhadores!

A Oradora: ... da forma como o Governo do PSD tentou enganar os trabalhadores ao dividir o subsídio de Natal em duodécimos de forma a que os trabalhadores não percebessem que estavam efetivamente a levar cortes salariais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas para que é que foi preciso isso, Sra. Deputada?

A Oradora: Sr. Deputado, foi tão preciso...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para que era o PEC IV?

A Oradora: ... naquela altura, como foi preciso na altura em que o seu Primeiro-Ministro, ou que o seu líder do partido nacional, disse que vinha aí o

diabo, quando se começou a repor os direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas também em relação a esta questão é importante lembrar o que é que se está a passar hoje aqui; também em relação a esta matéria é importante lembrar o que estamos a falar. O que estamos a falar é exatamente da reposição de um roubo dos direitos da Administração Pública, feito pelo seu Governo, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Um roubo!... Um roubo!...

A Oradora: ... feito pelo vosso Governo.

Estamos a falar do ressurgimento dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e do direito à progressão remuneratória que lhes foi vedado pelo Governo do PSD/CDS.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O amigo Santos Silva vinha endireitar isso!

A Oradora: Portanto, estamos a falar de um imperativo de justiça; estamos a falar, finalmente, de um imperativo que os trabalhadores veem concretizado pelas mãos do Governo do Partido Socialista e estamos a falar de uma matéria que é muito cara ao Partido Socialista.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Carlos Santo Silva vai repor isso tudo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão é de grande simplicidade, esta proposta do Bloco de Esquerda. Eu devo dizer que vou votar favoravelmente exatamente por os argumentos corresponderem à verdade e por o seu objetivo ser um objetivo com que o PPM evidentemente apoia.

Mas o que considero que é fundamental é que não se esteja aqui em plena demagogia a falar dos cortes salariais de determinados Governos da República, esquecendo a responsabilidade e os cortes salariais do Partido Socialista.

Sra. Deputada, quer que eu lhe lembre o José Sócrates? Não teve responsabilidades? Não fez cortes salariais?

Quer que eu lhe lembre Manuel Pinho?

Deputada Graça Silva (PS): Muito obrigada pelo discurso!

O Orador: Ou a Sra. Deputada já se esqueceu do Manuel Pinho?

A senhora também se esqueceu do Armando Vara? Também se esqueceu do Armando Vara?

Sra. Deputada, se quiser fazer história tem que falar de tudo, tem que falar de tudo.

Deputada Graça Silva (PS): E falei!

O Orador: Ainda por cima, alguns cortes que foram efetuados por esse Governo do Partido Socialista não teriam muito a ver com as dificuldades que a sociedade portuguesa passava e teria também muito a ver com as dificuldades dos protagonistas, que os protagonistas tinham nessa altura.

Deputado Francisco César (PS): Foi para cantar o fado, Sr. Deputado!

O Orador: Ou também do que os amigos dos protagonistas passavam nessa altura.

Portanto, Sra. Deputada, faça um discurso sério. O processo de cortes salariais começa no Partido Socialista, ou já se esqueceu dos sucessivos cortes que foram efetuados, quando o Governo socialista tinha responsabilidades?

Portanto, eu não sou do PSD, não sou do CDS, não sou do Partido Socialista, não fiz a viagem ideológica que alguns fizeram para a vossa bancada.

Deputada Graça Silva (PS): Mas bate palminhas!

O Orador: Não fiz essa viagem ideológica.

Também não vim da UDP!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não foi porque não tem “transporte”!

O Orador: Mas o que é importante, Sra. Deputada, é que faça uma análise séria, porque obviamente há sucessivos Governos da República que tiveram responsabilidades, e se a Sra. Deputada dissesse isso eu concordaria, teria evidentemente o meu apoio na dialética que avançou.

A sua dialética... Qual é o problema da sua dialética? É que ela tem um problema, é que só olha para um lado. Tem que olhar para o conjunto da realidade e isso é que desacredita a sua intervenção, Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a proposta é muito simples e bastante clara, mas para o Governo Regional parece que quando se trata de repor direitos dos trabalhadores e de tomar medidas que reponham aquilo que lhes foi cortado, que lhes foi roubado durante anos, é tudo muito complicado e demora imenso tempo.

Dizia ontem, ainda, o Sr. Secretário, que tudo isto está a correr de forma normal e que chegados aqui não há qualquer atraso. A Sra. Deputada Graça Silva também o referiu.

Mas o facto é que há imensos funcionários públicos que se queixam que ainda não receberam os 25% que seria devido em janeiro de 2018. Até agora ainda não receberam.

Relembro que também foi o Sr. Secretário Regional Berto Messias que há cerca de um ano dizia o mesmo, quando discutíamos aqui a tarifa social de eletricidade, que tudo estava a ser feito, estava a ser tratado, quando já nessa altura havia um ano de atraso na implementação nos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já está a ser paga!

O Orador: Só seis meses depois, após nova proposta e nova urgência do Bloco do Esquerda, é que a tarifa social foi implementada.

Quando se trata de repor direitos, quando se trata de beneficiar quem mais precisa, para o Governo Regional é tudo muito complicado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e tudo tem que ter um tempo muito longo de maturação e de pensamento. Se fosse certamente para salvar um banco, o dinheiro apareceria de imediato.

Mas o que é normal para o Governo Regional, aquilo que disse, tendo em conta os números que o Sr. Secretário referiu ontem, é que 1200 funcionários públicos já tinham recebido a respetiva valorização salarial e depois referiu ainda que 134 receberiam em junho.

Bem, de junho a janeiro são seis meses. É isso a normalidade? Não há atraso de seis meses?

Deputado André Bradford (PS): É o caminho para a normalidade!

O Orador: Mas estamos a falar de 1200 que já receberam a valorização salarial. E eu pergunto, Sr. Secretário, a pergunta que eu lhe deixo é: qual é o universo exato de trabalhadores que irão receber a valorização salarial respetiva

a janeiro, no universo todo dos funcionários públicos da Região? Não serão 1200, certamente.

Pergunto também em que secretarias é que já foram pagas as primeiras valorizações remuneratórias? Não podemos estar aqui a dizer que foram 1200 e não ter dados mais específicos do que esses.

Seria interessante – sei que não posso fazê-lo, nem vou pedi-lo, como é óbvio, até porque são dados pessoais – conhecer até a lista dos funcionários públicos que já o conseguiram, mas contento-me com a lista das secretarias aonde já foram pagas as respetivas valorizações salariais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nenhuma!

O Orador: Mas em relação à reposição de direitos e à reposição de rendimentos, a Sra. Deputada Graça Silva referiu várias medidas, mas curiosamente nenhuma dessas medidas foi responsabilidade do Governo Regional. Eu não ouvi nenhuma medida de reposição de direitos, de reposição de cortes com políticas de austeridade que fossem responsabilidade do Governo Regional.

O Bloco de Esquerda tentou até permitir que o Governo Regional fizesse melhor aqui do que está a ser feito a nível nacional.

No último Orçamento de Estado, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta relativa ao descongelamento das carreiras, que dizia simplesmente que os Governos próprios das Regiões Autónomas, dos Açores e da Madeira, como é óbvio, teriam a possibilidade de fazer um pagamento mais vantajoso, mais rápido, relativo ao descongelamento das carreiras, ...

Deputada Graça Silva (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: ... ou seja, que não poderia ser mais longo do que o que está a ser feito a nível nacional, com o faseamento que já aqui referi no início do debate, mas que pudesse melhorar esse faseamento, fazê-lo mais rápido, já que os Açores, dito pelo Governo Regional, apoiado pelo Partido Socialista tantas

vezes, não tem um problema de défice, por isso não se percebe por que é que é preciso dois anos para repor os vencimentos da Administração Pública.

O que é que fez o Partido Socialista na República? Chumbou a proposta! Chumbou a proposta e mais uma vez não quis sequer permitir ou clarificar que o Governo Regional teria a possibilidade de fazer melhor aqui do que está a ser feito a nível nacional, porque o Governo Regional, quando é para tratar, quanto é para melhorar a vida dos trabalhadores, quando é para repor os seus direitos, tem sempre a vida muito complicada.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava naturalmente para intervir neste debate, mas dada a eloquência e a insistência da Sra. Deputada (e simpática) Graça Silva, eu tive que vir a debate e dizer-lhe, Sra. Deputada, que acho que o Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho se enganou quando se referia ao diabo que estava para vir.

Não! Eles já tinham vindo, já tinham passado, com corninhos e tudo, no Parlamento (eles tinham feito).

Portanto, o diabo já tinha passado...

Deputada Graça Silva (PS): Já vinha do tempo do Governo do PSD-CDS!

O Orador: ... sob o nome de Silva, sob o nome de José Pinto de Sousa, sob o nome de Pinho, sob o nome de Vara. O diabo já tinha varrido tudo na Assembleia da República e no partido.

Essa é a vossa grande pedra no sapato, Sr. Deputado Bradford. Essa é a pedra no sapato, porque investigaram tudo o que tinham para investigar, ...

Deputado André Bradford (PS): E foram ao fundo!

O Orador: ... e foram ao fundo, não conseguiram nada.

Mas para descobrir Manuel Pinho, para descobrir Paulo Campos, para descobrir José Sócrates, para descobrir Armando Vara e outros que ainda hão de vir, não foi preciso ir ao fundo. Eles estavam todos à superfície, bem camuflados, mas à superfície. Levaram dinheiro, cometeram crimes e estão a ser julgados pela justiça.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já foram condenados!

O Orador: Agora o que se assiste é tentar camuflar as coisas. O primeiro a condená-los foi o Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Sra. Deputada Graça Silva, vamos ao nosso assunto. Eu gostaria que a senhora me desse alguns esclarecimentos, além do diabo já ter passado.

A primeira pergunta que eu tenho para lhe fazer: e a autonomia? O que é que é feito da Autonomia, Sra. Deputada, para o Governo Regional tomar as medidas que tem que tomar, sem estar a depender dos outros? – primeira pergunta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Segunda pergunta: já agora, o tempo necessário para adequar as coisas é o tempo necessário para o Governo ter dinheiro? – segunda pergunta.

Terceira pergunta, Sra. Deputada Graça Silva: quanto é que vai pagar?

Se era para pagar 25% até março, depois 25% no segundo trimestre, e depois mais 25%. Quando for pagar em junho vai pagar 50% ou começa a pagar nos 25%? – é a outra pergunta que tenho para lhe fazer.

São três perguntinhas simples que a Sra. Deputada, especialista em questões laborais e com o seu currículo vasto nessa matéria, de certeza que vai dar-me aqui as respostas esclarecedoras a este Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Então para responder, Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Governo não fala?

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o Governo tem que falar numa proposta que é do BE?

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, o Governo não tem que fazer nada!

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, é com muito gosto que lhe respondo a esta matéria. Primeiro: o que é autonomia? O que é feito da autonomia, Sr. Deputado?

O que é feito da autonomia é exatamente aquilo que o Governo Regional fez: são os complementos de pensão, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é o COMPAMID, é a remuneração complementar para os trabalhadores da Administração Pública, é o acréscimo salarial para os trabalhadores do setor privado.

Sr. Deputado, isto é autonomia!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto ao resto, Sr. Deputado, quanto ao pagamento e como o senhor sabe perfeitamente, o que vai ser feito é exatamente o que está previsto no Orçamento de Estado, e o que está previsto (olhe, eu gostava que o Sr. Deputado me ouvisse!) no Orçamento de Estado é que 25% dos cortes efetuados pelo seu Governo vão ser repostos a partir do dia 1 de janeiro de 2018.

E disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada, Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É só para um pequeno esclarecimento à Sra. Deputada. O Sr. ex-Secretário José Contente dá uma ajuda esclarecedora à Sra. Secretária. Eu aguardo. Eu dou mais tempo a quem precisa, não tem mal.

Sra. Deputada, eu bem sei que a senhora *in illo tempore* andava noutras lutas, como eu também andava.

Deputado André Bradford (PS): É a mesma luta, mas por outros meios!

O Orador: Exatamente.

Mas eu só lhe quero lembrar que o complemento de pensão, o Partido Socialista votou contra quando foi proposto por toda a oposição aqui, em 1998 ou 97.

Muito obrigado, Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os trabalhadores da Administração Pública Regional...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado, era para se inscrever, Sr. Deputado Francisco Coelho?

Deputado Francisco Coelho (PS): Uma interpelação a Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu peço desculpa. O Sr. Deputado Francisco Coelho tinha-se inscrito e eu pensei que era para participar no debate.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, eu gostava que os serviços da Assembleia Legislativa fornecessem ao CDS-PP os documentos históricos que constam da primeira comunicação ao Governo feita em maio de 99, em que o Governo Regional de então propôs, pela primeira vez, a existência

de um Complemento Regional de Pensão, e que fornecesse também ao CDS-PP as propostas, apresentadas em 99, pelo Governo relativamente ao Complemento Regional de Pensão.

São factos históricos e a verdade não pode ser escamoteada.

O que o Sr. Deputado quis dizer é outra coisa, mas não foi o que disse.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, depois serão distribuídos.

Sras. e Srs. Deputados, ...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Francisco Coelho)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado João Paulo Corvelo, com as minhas desculpas por ter interrompido a sua intervenção, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os trabalhadores da Administração Pública Regional contam com cerca de sete anos de impedimento na progressão das suas carreiras, pois, como é do conhecimento de todos, as progressões foram congeladas ainda em 2010, no âmbito das medidas de austeridade, tendo em 2011 assistido a uma proibição da valorização remuneratória.

Esta situação foi-se mantendo até que através de uma iniciativa do Partido Comunista Português, que insistiu na Assembleia da República para que as

medidas de descongelamento das carreiras, a partir de 2018, fosse colocada no Orçamento de 2017, tendo assim o Governo assumido um compromisso de repor as progressões.

Ora, embora a progressão nas carreiras se tenha mantido congelada nos últimos anos, a avaliação de desempenho a que os funcionários públicos estão sujeitos e que determina a referida progressão continuou a produzir efeitos, como aliás decorre das disposições legais aplicáveis – Lei dos Vínculos das Carreiras e Remunerações.

Portanto, os trabalhadores continuaram a acumular pontos na sua avaliação, continuaram virtualmente a prosseguir nas suas carreiras, contudo não viram durante todos esses anos a sua posição remuneratória alterada em conformidade.

Embora tenha ficado previsto, nas mais recentes leis do Orçamento de Estado, a atribuição de prémios de desempenho, a verdade é que a medida teve sempre um carácter excecional, extremamente limitativo, pois estava dependente da verificação de determinados condicionalismos e muito aquém do que compensaria as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças a nível de escalão, aplicável a todos os trabalhadores da Administração Pública.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante que se mantenha presente que está em causa, por um lado, o impacto que a reposição dos rendimentos tem no orçamento de muitas famílias e, por outro, a valorização e o reconhecimento efetivo do desempenho e esforço dos trabalhadores e, conseqüentemente a sua motivação e predisposição para prestarem um serviço público de qualidade. Esta remuneração faz todo o sentido já que, de facto, o Governo Regional está atrasado na aplicação do artigo 18.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, a Lei de Orçamento de Estado de 2018.

Pelo exposto, e porque, de facto, se trata de um direito de que há muito os trabalhadores aguardam, a reposição, encontra-se o Governo Regional em manifesto incumprimento dos prazos assumidos. Estamos a falar de quase cinco meses de atraso.

O presente Projeto de Resolução merece o voto favorável da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Deputado Bruno Belo (PSD): E o Sr. Secretário não diz qual o montante?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu, sobre, permitam-me dizer, a boca brejeira do Sr. Deputado Francisco Coelho, para divertir a sua bancada, não vou fazer comentários. Do arrancar dentes sem anestesia, eu não vou comentar, porque realmente apenas o qualifica a si. E lamento!

Mas já agora, e indo na sequência do que o Sr. Deputado Francisco Coelho disse, e membro do Governo na altura, Secretário da Administração Interna, eu pedia à Sra. Presidente, na sequência do pedido que o Sr. Deputado fez, que mandasse então ao CDS-PP, e também remetesse ao PS, todo o processo que inicia o Complemento Regional de Pensão, para ver como é que ele começa e como é que ele acaba.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, Artur Lima.

Para uma intervenção? Então sendo assim vou passar a palavra ao Sr. Secretário Regional que já estava inscrito.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Uso da palavra para reiterar aquilo que disse ontem e que me parece importante realçar, independentemente da proposta do Bloco de Esquerda e da legitimidade de trazer aqui aquilo que muito bem entende.

Não é correto dizer-se que há alguma espécie de atraso no pagamento das valorizações remuneratórias no âmbito do processo de descongelamento de carreiras da Administração Pública Regional.

Reitero o que disse ontem. Este processo, segundo aquilo que consta na Lei do Orçamento do Estado, em que a partir de 1 de janeiro (a partir de 1 de janeiro),

...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é a partir! É em janeiro!...

O Orador: ... têm que ser feitas essas reposições, conforme consta nesse diploma, e tendo em conta todos os procedimentos legais e administrativos necessários da notificação, da pronúncia, do cálculo, do envio por cada departamento para a Direção Regional da Organização e Administração Pública, tudo está a correr com total normalidade e todos os procedimentos que passaram por estes trâmites e foram validados em sede de DROAP já estão pagos tal como pude informar a câmara ontem.

Como sabem, nós previmos esta questão no âmbito da discussão que tivemos aqui, da aprovação do Orçamento regional, reservando um valor estimado na ordem dos 7 milhões de euros para fazer face a este valor.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quanto é que os funcionários públicos contribuíram?

O Orador: Relativamente à pergunta que colocou, os departamentos que já têm processos pagos neste momento são três: Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, Vice-Presidência e Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Em quanto é que os funcionários públicos contribuíram?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em primeiro lugar, eu acredito sinceramente que o senhor, com a sua experiência político-partidária e com os anos que tem de liderança terá pele dura e tenho a certeza que é daqueles que se pode aproximar da cozinha porque suporta perfeitamente o cheiro de refogado, como se costuma dizer.

Portanto, a minha expressão pode ter sido mais brejeira, mas não e com certeza ofensiva, nem era essa a utilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é para mim, é para a classe!

O Orador: Eu posso fazer-lhe, de forma o mais sintética possível, uma breve história, na nossa autonomia, desses complementos de pensão.

Começaram na década de 80 por reivindicação dos Sindicatos da Função Pública e para os funcionários públicos (na década de 80). Chamava-se na altura subsídio de insularidade (chama-se na altura subsídio de insularidade, década de 80, Sindicatos da Função Pública).

Em 91, quando o PSD perdeu aqui a maioria absoluta, por um deputado ter passado a independente – sabemos essa história – este Parlamento aprovou esse subsídio de insularidade para a função pública (chamava-se subsídio de insularidade).

Em 92, como sabemos, o Partido Social Democrata venceu as eleições regionais, com maioria absoluta. Uma das primeiras medidas que tomou nesta Casa, em princípios de 93, foi revogar “revanchisticamente”. Foi um diploma puramente revogatório o subsídio de insularidade.

Quando em 96 resultou o quadro parlamentar que resultou, e o Governo minoritário do Partido Socialista, o Governo comprometeu-se a apresentar um conjunto de matérias sobre isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por proposta de quem?

O Orador: Um conjunto de matérias!

Nessa altura falava-se no subsídio de insularidade que tinha sido revogado apenas para os funcionários públicos e começou-se a falar na necessidade de também se estabelecer um salário mínimo regional, obviamente, majorado. Eram as duas coisas que se falavam.

Foi o Governo Regional, através do Secretário Regional Adjunto da Presidência de então, nesta Casa, que numa comunicação fez o balanço do trabalho que o Governo estava a fazer nessa matéria e anunciou que deveria ser contemplado... Para além destas duas questões, também devíamos pensar nos reformados e pensionistas e haver um complemento de pensão – comunicação do Governo.

Na sequência disso, e creio que foi a primeira vez que se falou nisso, passados alguns meses, a Representação Parlamentar do PCP apresentou o primeiro Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Quando foi este conjunto de projetos analisados, o que é preciso dizer, Sr. Deputado, é que praticamente todos os partidos tinham projetos, quer para o Complemento Regional de Pensão, quer para a Remuneração Complementar e para o salário mínimo.

Com exceção do salário mínimo, que acho que houve desde logo um acordo acerca da majoração dos 5%. Relativamente aos outros, a generosidade e os valores eram diferentes e o Partido Socialista também apresentou projetos. O Partido Socialista votou os seus e não votou a favor dos projetos dos partidos da oposição.

Creio que daí não se pode inferir, Sr. Deputado, para sermos sérios, que o Partido Socialista votou contra estes princípios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Votou!

O Orador: Não! Votou contra as propostas concretas de montantes que não concordava para esses princípios e votou a favor dos seus.

De resto, a história prova a vontade do Partido Socialista nesta matéria. É como sabemos todos. Desde 2000, que o Partido Socialista tem maioria absoluta. Eu pergunto: alguma vez revogou algum destes complementos, ao contrário do que aconteceu em tempos históricos?

A boa vontade do Partido Socialista e aquilo que pensa dos Complementos Regionais de Pensão, é feita por atos comprovados e é perfeitamente indiscutível.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PS não podia chumbar nada porque não tinha maioria!

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e os Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e os Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, por favor.

O Orador: Os apartes estão, de facto, interessantes e a arqueologia parlamentar também, mas julgo que o que interessa agora neste momento é discutir a proposta e a valorização remuneratória dos funcionários públicos.

O Orçamento de Estado para 2018, tal como o Orçamento da Região, foram aprovados no final de novembro, se não estou em erro até na mesma semana. Ou seja, o Governo Regional sabia, no final de novembro e antes disso até, porque já tinha conhecimento da proposta de Orçamento de Estado (deve ter até certamente contribuído para a sua própria proposta), que o descongelamento de carreiras era uma medida que estava prevista e que iria ser concretizada durante o ano de 2018.

O Governo Regional teve por isso, pelo menos desde a aprovação, mas poderia ter começado muito antes, o mês de dezembro e o mês de janeiro para tratar dos procedimentos administrativos necessários.

Ora, poderá dizer o Governo Regional que começou em janeiro e que tudo correu bem, os prazos estão a decorrer e que tudo está a correr normalmente, mas o que é facto é que o SINTAP no final de fevereiro dizia exatamente que só tinham sido iniciadas as notificações necessárias aos funcionários públicos em alguns dos serviços e que nessa altura já previa que a valorização remuneratória do salário reposto só iria ser pago o mais tardar em março ou abril, ou até mais tarde. Mas não foi a única denúncia por parte dos sindicatos nesta área.

Dizia em março novamente o SINTAP que identificou vários constrangimentos e problemas no processo. Então se o processo está a correr tão bem, como é que em março já se identificavam esses problemas todos? Não estava tudo a correr tão bem? É uma pergunta que deixo.

Disse o Sr. Secretário Regional já ontem que são 1200 aqueles que já receberam as respectivas valorizações remuneratórias em três secretarias regionais: na Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, na Vice-Presidência e na Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Estas são apenas três das secretarias. Falta a Saúde, o Ambiente e Turismo, a própria presidência, a sua própria secretaria, o Mar Ciência e Tecnologia.

Quantos funcionários estão nessas secretarias a aguardar a respetiva valorização remuneratória, Sr. Secretário?

É porque segundo as contas dos sindicatos podem ser 40% dos cerca de 17 mil funcionários. Estamos a falar de 6.800 pessoas que estão à espera quando apenas 1200 receberam aquilo que têm direito e vem dizer o Governo Regional que afinal está tudo a correr bem e não há absolutamente nenhum atraso, que tudo está em ordem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, fica aqui mais do que provado que há atrasos. Milhares de funcionários públicos estão a ser prejudicados pela incompetência do Governo Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que não tratou deste problema atempadamente, porque já sabia que ele ia se colocar na altura devida e que tudo afinal não está à distância de um clique e foi maltratado, foi mal gerido, para prejuízo dos funcionários públicos, dos milhares de funcionários públicos que estão à espera da respetiva valorização, do respetivo salário.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para voltar a intervir, mas fui chamado ao debate pelo Sr. Deputado Francisco Coelho.

Dizer-lhe, Sr. Deputado, que pela nossa parte e depois da explicação que V. Exa. deu, e boa explicação, porque reconheço nessa matéria os seus pergaminhos autonómicos e o estudo que faz sobre essa matéria, eu não preciso e também, Sra. Presidente, já não é preciso mandar os documentos àquele senhor porque ele já tem.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os correios funcionam mal!

O Orador: É! Os correios funcionam mal. Portanto, fizemos aqui por transmissão oral. Resolvemos o problema do correio, senão íamos esperar três meses pela carta e nunca mais chegava.

Sr. Deputado Francisco Coelho, digo-lhe com toda a simpatia, porque temos os dois inteligência suficiente para os nossos debates parlamentares, mas tenho por si, como sabe, o maior respeito e, se me permite, também amizade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Artur Lima.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos agora para o ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 101/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Economia para acompanhar, analisar e avaliar o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO”**.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão é subscrito por todos os partidos com assento parlamentar.

Pergunto se vão justificar a urgência? Julgo que não. Vamos então votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, pergunto se vão justificar a prorrogação de prazo?

Penso que também não, porque ela decorre claramente do documento que é necessário para que o Grupo de Trabalho continue a fazer o seu trabalho no seio da Comissão de Economia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a Proposta de Deliberação Final: “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Uma boa tarde a todos e um bom regresso a Casa.

Eram 12 horas e 56 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Social Democrata (PSD)

Maria João Soares Carreiro

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Aprova o regime jurídico das instalações de gás combustível em imóveis na Região Autónoma dos Açores – n.º 18/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 18;

Assunto: Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Atribuídos ao Governo Regional dos Açores – n.º 19/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14

Com pedido de urgência.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Equiparação na Atribuição dos apoios da palavra "AÇORES"](#) – n.º 99/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018 – 06 - 18;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda ao pagamento em atraso relativo ao descongelamento da progressão das carreiras da Administração Pública Regional](#) – n.º 100/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão;

Assunto: [Prorrogação do prazo para apresentação do relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Economia para acompanhar analisar e avaliar o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na Ilha do Pico - com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão](#) – n.º 101/XI

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP e BE

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

3 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas](#) – n.º 8/XI

Proveniência: Presidência da ALRAA, Grupo Parlamentar do PS e Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

4 – Requerimentos:

Assunto: [Conselhos consultivos dos parques naturais de ilha](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira, João Costa e Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Referência: 54.03.00 – N.º 444/XI.

5 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Limpeza de invasoras nas Zonas Húmidas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Referência: 54.04.08 – N.º 390/XI.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter o relatório n.º 09/2018-VIC/SRATC - Freguesia da Ribeira Seca (Calheta)

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14;

Assunto: Ofício a remeter o relatório n.º 02/2018-FS/SRATC - Auditoria à intervenção pública na SINAGA, S.A.

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar a assinatura e envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2018 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15.

7 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de maio de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 8/XI - Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de maio de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de maio de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Audição n.º 76/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que aprova o Código das Associações Mutualistas](#). - MTSSS - (Reg. DL 161/2018)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Audição n.º 77/XI - Projeto de Decreto Regulamentar que regulamenta a atualização extraordinária das pensões previstas no artigo 110.º do Orçamento do Estado para 2018](#) - MTSSS - (Reg. Dr 133/2018)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Audição n.º 78/XI - Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva - MEDU](#) - (Reg- DL 83/2018)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: [Audição n.º 79/XI - Projeto de Decreto-Lei que altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doenças, desemprego e parentalidade](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15.

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*